

Por um anno 10\$000
Por seis mezes 5\$600
Por tres mezes 3\$600

Avulso por folha \$040
Anuncios, por linha \$060

A correspondencia official da capital de Lisboa, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberam dois exemplares.

Por um anno 12\$000
Por seis mezes 6\$600
Por tres mezes 3\$600

Avulso por folha \$040
Anuncios, por linha \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista da informação e parecer do reverendo bispo do Algarve, resolver que se abra concurso para o provimento das igrejas parochiaes de S. Marcos da Serra, e S. Thiego da cidade de Tavira, ambas do bispado do Algarve; observando-se quanto aos actos do concurso o que se acha determinado na portaria circular de 30 de agosto de 1847 (*Diario* n.º 205), e pelo que respecta ao prazo d'elles o que se dispoz na portaria do 1.º de outubro de 1849 (*Diario* n.º 233). O que o mesmo augusto senhor manda assim praticar ao reverendo bispo do Algarve para sua intelligencia e mais effectos.

Paço das Necessidades, em 23 de fevereiro de 1860.—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.*

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

2.ª DIRECÇÃO — 1.ª REPARTIÇÃO

Noticias de Cabo Verde, que alcançam até 14 de fevereiro ultimo, dizem que não ha por ora nenhum recibo pelo estado alimenticio da provincia; convindo ter presente que é durante esse mez que a colheita vae para as eiras. Também consta que era normal o estado sanitario da cidade da Praia, o que as autoridades de saude attribuem, em grande parte, ao entulhamento e dessecção do pantano da Praia Negra, e a uma certa policia sanitaria que se tinha estabelecido, o que se propunham melhorar com a adopção de algumas medidas hygienicas.

O subdito britannico Thomás Miller, sabendo que havia em dezembro recibos de escassez de mantimentos na ilha Brava, mandou ali de sua conta um navio para levar á ilha de Santo Antão trinta pessoas, que se quizessem ajustar pela soldada de réis 12000 por mez, casa e sustento, para irem trabalhar no arroteamento de terrenos, que ali possuem, para culturas, e que ninguem aceitou o ajuste. Para prevenção dirigiu ao governador geral um offerecimento n'este sentido, e mesmo para maior numero de pessoas, se de futuro fosse necessario.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de obras publicas

Sua Magestade El-Rei, a quem foram presentes os estudos relativos ao traçado da estrada de Elvas a Campo Maior, na parte comprehendida entre esta villa e a ponte do Caia, e bem assim a consulta do conselho de obras publicas, datada de 8 do mez passado: ha por bem approvar a directriz desde a mencionada ponte até ao perfil n.º 87, e ordenar que o director das obras publicas do districto do Portalegre envie a este ministerio, com toda a brevidade, o projecto definitivo e o orçamento respectivo, convindo que trate de melhorar a rampa de 0,0476 em 285 metros que se nota no fim do lance horizontal da avenida da ponte do Caia. Pelo que respecta porém á parte comprehendida entre o perfil n.º 87 e o recinto magistral, deverá o sobredito funcionario entender-se com o commandante da engenharia na 7.ª divisão militar, a fim de chegarem a um accordo sobre a directriz que mais convenha adoptar na proximidade d'aquella praça, debaixo do ponto de vista tanto das conveniencias do transitto publico e economia nas expropriações, como da segurança da praça; na intelligencia de que n'esta data se requisa ao ministerio da guerra a expedição das ordens precisas para que o sobredito commandante possa entender-se a este respeito com o mencionado director.

Paço, em 6 de março de 1860.—*Antonio de Serpa Pimentel.*—Para o director das obras publicas do districto do Portalegre.

Pedindo a camara municipal de Lisboa, em sua representação de 24 de janeiro ultimo, que lhe seja communicada a deliberação do governo acerca do projecto por ella apresentado para a construção da doca que deve substituir as que existiam em Santa Apolonia, na freguezia de Santa Engracia, e que por contrato de 23 de julho do anno passado foram pela mesma camara cedidas ao estado mediante a quantia de 58:212\$200 réis, que, segundo o dito contrato, ha de ser exclusivamente applicada á construção da nova doca: manda Sua Magestade El-Rei declarar á dita camara que é approvado o projecto que na planta por ella remetida a este ministerio, e junta por copia, se acha mais avançado sobre o rio, e que vai marcado com as letras ABCDE; devendo os trabalhos de construção começar pela muralha do lado do poente, contigua ao cós da Alfandega, e designada pelas letras ABC. O que se comunica á sobredita camara municipal para seu conhecimento e mais effectos.

Paço, em 6 de março de 1860.—*Antonio de Serpa Pimentel.*—Para a camara municipal de Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Sua Magestade El-Rei a quem foi presente o requerimento de Luiz Antonio de Abreu Machado, e de outros diferentes accionistas da companhia de moinhos a vapor, denominada *Ceres*, que tem a sua sede na cidade do Porto;

Considerando, que os factos allegados n'aquelle requerimento são de summa importancia, e que o governo não pôde tomar deliberação alguma sem um prévio exame da verdade dos mesmos factos; Considerando também que o governo, como tutor dos interesses publicos, tem o incontestavel direito de vigiar o modo, por que as sociedades anonyms correspondem á confiança que mereceram na epocha da sua formação;

Visto o parecer do ajudante do procurador geral da coroa junto ao ministerio das obras publicas, commercio e industria;

Ha por bem determinar, que o governador civil do districto administrativo do Porto, com a maior urgencia, nomeie uma commissão de inquerito, composta de cidadãos de provada honra e intelligencia, e estranhos aos interesses da mencionada companhia, a qual, sem por forma alguma se ingerir nos actos de administração social, tome conhecimento dos factos allegados nos documentos, que devem servir de base ao inquerito, e do resultado das suas averiguações dê uma conta circunstanciada, para

o que a direcção da companhia deve ser intimada administrativamente, a fim de facilitar todos os documentos e informações de que a commissão possa carrear. O que pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, se comunica ao dito magistrado, governador civil do districto administrativo do Porto, para sua intelligencia e devidos effectos.

Paço das Necessidades, em 3 de março de 1860.—*Antonio de Serpa Pimentel.*

Nota dos preços correntes dos fundos publicos da praça de Londres, em 25 de fevereiro de 1860

Consolidados...	(em dinheiro)	94 3/4 a 95
Fundus da India...	em conta	95 a 95 1/2
		104 a 104 1/4—104 1/2
FUNDOS ESTRANGEIROS		
Austriacos...	de 5 por cento	— a —
Belgas...	de 4 1/2 " "	98 a 100
Brazileiros...	de 1856, de 4 1/2 por cento	93 a 94
	de 1852	93 a 94
Chilenos...	de 5 por cento	102 a 104
	de 6 " "	103 a 104
Dinamarquezes...	de 3 " "	71 a 73
	de 4 1/2 " "	86 a 87
Allemaes...	de 3 " "	— a —
Mexicanos...	de 2 1/2 " "	66 a 67
Peruvianos...	de 4 " "	101 a 103
	de 3 " "	21 1/2 a 22—21 3/4
Russos...	de 4 1/2 " "	94 1/2 a 95 1/2
	de 3 " "	71 a 72
Sardos...	de 4 1/2 " "	65 a 65 1/2
	de 5 " "	97 a 99
	de 3 " "	109 a 111
	de 4 " "	84 1/2 a 85 1/2—86 1/4—86
	de 5 " "	44 1/4 a 45 1/4—45
	de 3 " "	34 a 34 1/4—34—33 3/4
Hispanhoes...	passiva	11 a 12—11 1/4
	certificados	4 1/2 a 5—4 1/4
	interna, de 3 por cento	80 a 80 1/2—80 1/2—80
Turcos...	de 4 " "	101 1/2 a 102—102 1/2
	de 1858, de 6 por cento	67 1/4 a 67 3/4—67 1/4—67 1/2—67
	de 1853, de 3 " "	44 a 44 1/2
Portuguezes...	de 1856—1857—1859	— a —
	diferida	— a —

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 6 de março de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda.*

Resumo do activo e passivo do banco commercial do Porto, em 29 de fevereiro de 1860

ACTIVO	
Existencia em cofre em metal.....	632:172\$010
Letras descontadas a receber.....	596:663\$222
Emprestimo sobre diversos penhores.....	139:325\$000
Emprestimo ao governo para a nova alfandega	53:700\$000
Agios d'este banco (esto ao banco).....	6:780\$500
Titulos de divida publica (valor do balanço)	308:675\$472
Letras garantidas.....	6:778\$270
Liquidações.....	24:743\$145
Creditos diversos.....	347:352\$455
Emprestimo forçado á junta do Porto.....	67:855\$000
Custo actual do edificio do banco, machinas, moveis, etc.....	25:101\$870
	2.263:506\$944
PASSIVO	
Capital actual do banco.....	1.337:400\$000
Diversos depositantes.....	329:381\$194
Notas em circulação.....	477:850\$000
Dividendos a pagar.....	16:089\$250
Fundo de reserva.....	70:145\$000
Lucros e perdas.....	22:641\$500
	2.263:506\$944

Banco commercial do Porto, 1 de março de 1860.—Os directores, *Jeronymo de Sousa Guimarães, Custodio Teixeira Pinto Basto.*

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 5 de março de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda.*

SECÇÃO DO CONTENTOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

Recurso n.º 944—recurso, a confraria do Santissimo Sacramento da Villa de Ferreira—recurso, o conselho de districto, e o governador civil do districto de Beja—relator, o ex.ºº conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado, pela secção do contentoso administrativo, sobre o recurso que a confraria do Santissimo Sacramento de Villa de Ferreira, interpoz do governador civil e conselho de districto de Beja, pela applicação que deram ás sobras do rendimento da mesma confraria;

Mostra-se que o conselho de districto, approvando, por seu accordo de 15 de junho de 1858, as contas relativas ao periodo decorrido, desde julho de 1846 até ao fim de janeiro de 1858, ahi declarou como sobras para terem a applicação legal, as dividas activas na importancia de 138\$100 réis em dinheiro, e 297 1/2 alqueires de trigo;

Mostra-se que o governador civil, por seu alvará de 26 de agosto seguinte, fez repartição d'essas sobras, applicando para a misericórdia de Beja todas as dividas em dinheiro, e dando das dividas em trigo metade á confraria recorrente, e metade á misericórdia de Ferreira;

Mostra-se pedir a recorrente a revogação d'este alvará e do sobredito accordo, arguindo-os de injustos, por que, infringindo a determinação da portaria de 3 de junho de 1839, decidiram haver sobras e fizeram d'ellas applicação, sem previamente se informarem da importancia das despesas a que a recorrente está obrigada para manter na sua igreja a decencia do culto, despesas indispensaveis segundo a opinião da camara municipal e da junta de parochia, como mostram as certidões fl. 25 e fl. 28;

Mostra-se ter corrido o processo os seus termos, sendo ouvidos o governador civil, o advogado da recorrente, e a final o ministerio publico.

O que tudo visto: Considerando que o conselho de districto, tomando contas á confraria recorrente, e declarando o saldo d'ellas resultante, não fez mais do que exercer, como corpo deliberante, o direito que lhe confere o artigo 278.º n.º 9.º do código administrativo, e de que não cabe recurso para o conselho d'estado;

Considerando que o alvará recorrente, passado como d'elle mesmo consta, em virtude da deliberação do governador civil em conselho de districto, em 17 de agosto, depois de ouvida a camara municipal e a junta de parochia, como provam as certidões a fl. 25 e fl. 28, é um acto de pura administração activa, fundado no artigo 229.º n.º 6.º do código administrativo, e de que, como tal, não é para o conselho d'estado que se deve recorrer, visto não ter havido excesso de jurisdicção ou infracção de lei, que lhe dêem caracter contencioso;

Hei por bem, conformando-me com a sobredita consulta, não tomar conhecimento do referido recurso, como illegal e incompetente.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 30 de dezembro de 1859.—*REL. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme.—*Antonio de Roboredo.*

Está conforme.—Secretaria do conselho d'estado, em 8 de fevereiro de 1860.—*José Gabriel Holbeche, secretario geral.*

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 4306
RELATOR O EX.ºº CONSELHEIRO VISCÓNDE DE PORTOCARRERO
Nos autos de syndaciança do ex-governador geral da provincia de Cabo Verde, o conselheiro Antonio Maria Barreiros Arrobas, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça: que não havendo nullidade no processo, nem querella, na forma do decreto de 27 de dezembro de 1852, não ha lugar a procedimento algum. E deferem a primeira parte do requerimento do ministerio publico.

Lisboa, 24 de fevereiro de 1860.—V. de Portocarrero—Mello e Carvalho—Ferreira—Grade—Sequeira Pinto.—Fui presente, Sousa.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 29 de fevereiro de 1860.—O secretario, *José Maria Cardoso Castello Branco.*

PROCESSO N.º 7307

RELATOR O EX.ºº CONSELHEIRO VISCÓNDE DE PORTOCARRERO
Nos autos de syndaciança tirada ao ex-juiz e presidente da relação de Goa, o conselheiro Joaquim Pedro da Silva Lobo, vindos do juizo de direito da comarca de Goa, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça: que não havendo nullidade no processo, nem querella do ministerio publico, na forma do decreto de 27 de dezembro de 1852, não ha lugar a procedimento algum.

Lisboa, 24 de fevereiro de 1860.—V. de Portocarrero—V. de Fornos—Mello e Carvalho—Ferreira—Grade—Sequeira Pinto—Aguar.—Fui presente, Sousa.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 29 de fevereiro de 1860.—O secretario, *José Maria Cardoso Castello Branco.*

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do conselho de Vallongo, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que mostrando-se pelo orçamento geral fl. 97, e supplementares de fl. 100 a fl. 102, concernentes á receita e despesa da camara municipal do conselho de Vallongo, do anno economico de 1851 a 1852, ser a importancia do rendimento proprio d'aquelle anno de 1:699\$000 réis, declararam não competir ao mesmo tribunal o julgamento d'esta conta, em vista do que dispõe o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto de 19 de agosto de 1859.

Tribunal de contas, 31 de janeiro de 1860.—*Paiva Pereira, relator — Albergaria — Lobo.*—Fui presente, Simas.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 11 de fevereiro de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento de conta da camara municipal do conselho de Moura, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que quanto do orçamento devidamente approvado de fl. 232 a fl. 237 se mostre que a receita ordinaria e extraordinaria d'esta camara para o anno de que se trata (1851 a 1852) fora calculada na avulada quantia de 8:259\$940 réis; contudo, como eliminada a verba de 5:487\$700 réis que no predito orçamento figura respectiva a dividas activas por cobrar de annos atrasados, as quaes se não consideram rendimento proprio do anno, a que a conta respectiva, fizeo reduzido unicamente a quantia de 2:772\$240 réis; não compete, attenta a disposição

do n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto ultimo, a este tribunal o julgamento da conta de que se trata n'este processo.

Lisboa, 3 de fevereiro de 1860.—*Albergaria, relator — Lobo — Paiva Pereira.*—Fui presente, Simas.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 11 de fevereiro de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio Vieira do Carmo como recebedor da 5.ª secção do bairro de Alcantara, desde o 1.º de fevereiro de 1857 até 31 de março do mesmo anno, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que, visto o processo de liquidação, e ajustamento da conta da responsabilidade de Antonio Vieira do Carmo na qualidade de recebedor, que foi, da 5.ª secção do bairro de Alcantara desde o 1.º de fevereiro de 1857, em que succedeu a Sebastião Antonio Torres, até 31 de março do mesmo anno, em que a referida secção se annexou e reuniu á 2.ª do mesmo bairro, se mostra assim pelo estado da conta fl. 1 e 2, como pelo relatorio fl. 21 importar o debito e o credito em uma igual quantia de 41:960\$145 réis; compoem-se o debito de tres addições, que são: 39:125\$897 réis em documentos de cobrança, que por balanço lhe passaram em transição da conta do seu antecessor (como provam os resumos modelos, n.º 3-B, fl. 4 e 5); 2:570\$562 réis também em documentos de cobrança, que recebeu durante o tempo da sua gerencia; e 263\$686 réis, que no periodo da mesma recebeu de receita eventual para amortização das notas do banco de Lisboa (demonstração n.º 1, fl. 3); e compoem-se o credito também de tres addições, que são: 3:953\$056 réis, importancia de entregas realizadas nas caixas centrais do ministerio da fazenda por transferencias de fundos (demonstração n.º 2, fl. 6, e recibos de talão de fl. 7 a fl. 11); 206\$620 réis de annullações de receita virtual, e de contribuição predial; e 37:810\$469 réis em documentos de cobrança, que por balanço lhe passaram em transição para a conta da 2.ª secção do mesmo bairro de Alcantara da responsabilidade d'este exactor (demonstração n.º 4 a fl. 18, e resumo, modelo n.º 3-B, fl. 19 e 20); e se mostra outrossim que nem por parte da fazenda, nem pela do responsavel, se oppozera duvida, ou impugnação alguma, contra o estado da conta alludida fl. 1 e 2, e que o antigo responsavel, tendo sido citado para dizer o que se lhe offerecesse a bem da sua justiça, declarou expressamente em seu requerimento fl. 25 que se conformava inteiramente com o mencionado estado de ajustamento da conta: o que tudo visto, e ponderado, e o mais que dos autos consta, julgam o responsavel Antonio Vieira do Carmo quite com a fazenda pela sua gerencia como recebedor da 5.ª secção do bairro de Alcantara desde o principio de fevereiro de 1857 até 31 de março do mesmo anno, com declaração de se lhe lançar em debito para a conta da 2.ª secção do mesmo bairro de Alcantara o saldo já referido de réis 37:810\$469.

Lisboa, 3 de fevereiro de 1860.—*Albergaria, relator — Lobo — Paiva Pereira.*—Fui presente, Simas.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 14 de fevereiro de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da camara municipal do conselho de Aldeia Gallega do Ribatejo, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que visto o orçamento geral, fl. 270 d'estes autos, pelo qual se prova ter sido avaliado o rendimento da camara municipal do conselho de Aldeia Gallega do Ribatejo, proprio do anno economico de 1851 a 1852, em 2:332\$430 réis; visto

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE SANTAREM

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Santarem, no mez de janeiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS EM SANTAREM, E SUAS DIRECÇÕES						
De posta interna.....	—	—	—	—	—	—
Do reino e illas.....	5:602	3:285	228	71	1:410	6
De Hespanha.....	—	—	44	31	—	—
Dalem dos Pyreneos.....	—	—	6	24	—	—
Das provincias ultramarinas.....	6	—	12	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	2	—	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	4	1	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	—	5	—	—
Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	21	—	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILLAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e illas.....	6:097	16	191	10	1:347	2
Para Hespanha.....	—	—	39	—	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	—	—	6	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	13	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....	—	—	9	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	4	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	1	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	4	—	—	—
	11:705	3:301	584	142	2:757	8
No mez de janeiro de 1859 e movimento da correspondencia foi de.....	11:489	2:781	452	209	2:018	13

Nas correspondencias para terras do reino e illas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Santarem, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Santarem, em 3 de fevereiro de 1860.—O administrador, *Antonio Hygino dos Santos.*

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que saíra, a 7 do corrente, para o Fayal, a barca *Harmonia*; a 10, para o Rio de Janeiro, o brigue *Clara*, e para o Maranhão a galera *Cidade de Belem*; e a 15, para S. Miguel, o patacho *Respecto*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que saíra a 9 do corrente, para Gi-

braltar, Malta, Syra, Smyrna, Constantinopla e Odessa, o vapor belga

de quaesquer materias estranhas: as pessoas que pertencerem fazer este fornecimento deverão dirigir á mesma administração as suas propostas em carta fechada até á uma hora da tarde do dia 8 do corrente mez de março, em que serão publicamente abertas, para se resolver o que for conveniente.

CASA PIA DE LISBOA

A administração da casa pia de Lisboa manda annunciar o seguinte:

A administração reconhecendo que era do seu dever mandar ensinar um officio a todos aquellos orphãos, que pela sua condição e circumstancias estavam no caso de receber aquelle destino, julgou que devia publicar as causas que impediam que esse ensino se desse utilmente dentro da casa pia; e convidou os mestres particulares a vir procurar aprendizades n'esta casa.

Tendo decorrido um praso razoavel sem que este convite desse resultado algum, a administração resolveu estabelecer um subsidio em dinheiro, que lhe pareceu sufficiente, para os mestres que recebessem aprendizas da casa pia, e assim o annunciou. Não duvidaria mesmo augmentar esse subsidio, se os pertendentes fizessem depender d'esse augmento a acceitação dos aprendizes.

No intervalo de alguns mezes decorridos, desde então para cá, têm apenas sido procurados pelos mestres dos officios quatorze orphãos, e d'estes alguns voltaram novamente para esta casa por não agradarem aos mestres.

N'estes termos a administração da casa pia vê-se sem meios de poder fazer ensinar officios aos orphãos, que estão no caso de se aprender; e recia que a estada na casa pia em lugar de crear nos orphãos o amor do trabalho, para um dia poderem procurar os meios da sua subsistencia, os habite á indolencia e á pèrguica, e lhes faça conceber o pensamento de subsistir toda a vida á custa do estado, isto é, dos cidadãos que trabalham, e pagam os impostos.

Accresce a esta consideração outra da maior importancia. A excessiva accumulacão de orphãos na casa pia, levada a ponto de violentar todas as administrações a accommodar um grande numero d'elles em claustros humidos e sem ventilação, debaixo de abobadas, pelas quaes tem sido impossivel evitar o filtramento das aguas, e em pavimentos, que têm inferiormente um deposito de materias em putrefacção, e havendo alem d'isso nos dormitorios o dobro, e ás vezes o triplo, das camas que devem haver, é, na opinião de todos os facultativos, que têm sido officialmente consultados, a principal causa das doenças que grassam na casa pia, das ophthalmias, das scurfulas, das phthisicas, e das constituições enfezadas, que é facil de notar no grande numero dos orphãos da casa pia, resultando d'aqui o arruinar-se para sempre a saúde de muitos d'elles.

Entre os diversos meios, que a administração tem empregado, e continua a empregar, para extinguir esse foco de infecção, que, segundo a expressão de um dos relatorios dos facultativos, *converte um collegio de educação popular em um hospital de doenças, que ali se vão adquirindo*, a desaccumulação é, na opinião de todas as pessoas esclarecidas, que têm sido consultadas, o meio mais essencial e efficaz.

Assim a saída dos orphãos para aprendizas em mestres particulares era tambem um dos melhores meios de obter este resultado tão necessario.

N'estes termos a administração da casa pia recorre aos sentimentos de religião e de humanidade de todos os mestres de officios, e das associações fabris de Lisboa e de fóra, supplicando-lhes que a ajudem n'este empenho, e que animados d'estes sentimentos venham receber aprendizas de entre os orphãos que ha na casa pia, e que desejam ter este destino.

Belem, 29 de fevereiro de 1860.—O director, Francisco de Paula Heitz.

PRIMEIRA DIVISÃO MILITAR

Sua ex.^a o sr. tenente general conde de Santa Maria, commandante da divisão, em consequencia das ordens recebidas do ministerio da guerra, manda annunciar por este meio que no dia 19 do presente mez, pelas dez horas da manhã, estará em praça n'este quartel general, na rua de S. José, o fornecimento de rações de pão para a tropa estacionada no districto d'esta divisão, e as forragens para os cavallos e mures dos regimentos de artilheria e cavallaria, desde o 1.^o de abril até 30 de junho do corrente anno, observando-se as disposições do artigo 44.^o do regulamento do 18 de setembro de 1844, portaria de 25 de maio do anno proximo passado, publicada no *Diario do Governo* de 27 do mesmo, n.^o 123, e as clausulas e declarações consignadas no contrato do fornecimento actualmente em vigor.

Sua ex.^a o sr. tenente general conde de Santa Maria, commandante da divisão, em consequencia de ordens recebidas do ministerio da guerra, manda convidar todas as pessoas que pertencerem arrematar o fornecimento de rações de verde no presente anno, para as cavalgaduras dos corpos de artilheria e cavallaria, existentes na mesma divisão, a comparecerem n'este quartel general, na rua de S. José, no dia 22 do corrente, pelas dez horas da manhã, e apresentarem por essa occasião as suas propostas, para entrarem em licitação, na intelligencia de que os arrematantes ficam obrigados a todas as condições estabelecidas a este respeito no regulamento para a organização da fazenda militar, de 18 de setembro de 1844, e a principialem o fornecimento, tanto para os potros, como para os cavallos vellos, nos dias que lhes forem designados pelos respectivos conselhos administrativos.

Quartel general da 1.^a divisão militar, em 6 de março de 1860.—José Osorio de Castro Cabral de Albuquerque, addido ao chefe do estado maior.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 8 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho contratar em hasta publica a compra de 100 arrobas de oleo de linhaça para consumo do arsenal da marinha.

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica no dia 9 de março corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, a compra de 200 metros de serafina branca para consumo da armada.

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica no dia 10 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, a compra de 20 pipas de vinho tinto para consumo da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 6 de março de 1860.—Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os individuos que forem admitidos no respectivo quadro terão as vantagens consignadas no decreto de 20 de outubro do anno proximo findo. No hospital da marinha se recebem os requerimentos dos pertendentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos necesarios.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860.—Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saúde naval e do ultramar.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 6 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO EX.^{MO} SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 80 srs. deputados. O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Manda-se lançar na acta:

Uma declaração do sr. Aragão, de que o sr. Frederico de Mello não pôde comparecer á sessão de hoje por incommodo de saúde.—*Inteirada.*

CORRESPONDENCIA

1.^o Um officio, acompanhando a copia, pedida pelo sr. Lobo de Avila, do officio do fiscal do governo no caminho de ferro de leste, de 10 de fevereiro ultimo, e a consulta do conselho de obras publicas de 15 dezembro passado, sobre a largura do dito caminho.—*Para a secretaria.*

2.^o Uma representação da camara municipal de Benavente, pedindo que não seja approvada a proposta do governo para se permitir a introdução de cereaes estrangeiros.—*A comissão de agricultura.*

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.^o Requerio que, pelo ministerio do reino, se peça ao governo:

I Um mappa dos ordenados que vencem os diferentes administradores de concelho e bairro.

II De que empregados se compõe cada administração de bairro e concelho, e os seus ordenados.

III De que empregados se compõe as secretarias das camaras municipais, dos concelhos do reino, e quaes são os ordenados de cada um d'elles.

IV Que impostos municipaes se pagavam anteriormente ao decreto de 31 de dezembro de 1852, nos concelhos existentes até á data d'este decreto; e quaes aquellos que actualmente se pagam, nos que ficaram existindo, em virtude das suas disposições.

V Que empregados haviam nos concelhos que foram supprimidos, tanto na administração civil como nas repartições municipaes; e aquelles que ha presentemente, nos que foram creados por effeito das disposições do citado decreto de 31 de dezembro.—*Lopes Branco.*

2.^o Requerio que se peça ao governo, que pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, envie a esta camara copia das representações que a comissão reguladora do commercio e agricultura dos vinhos do Alto Douro, dirigiu ao mesmo governo com data do 1.^o e 16 de fevereiro passado; e bem assim copia das respostas, se as houver.—*Azevedo Pinto.*

3.^o Requerio que pelo ministerio do reino se pegam os seguintes esclarecimentos, a fim de que se tomen providencias para evitar que as pessoas que se podem aproveitar da via ferrea de leste para virem da Chamusca, Almeirim, Alpiça e outros pontos a Lisboa por ida e volta no mesmo dia, não estejam privadas d'este transporte acelerado, pelo mau serviço das barcas no Tejo, e principalmente das que devem prestar este serviço junto a Santarem.

Requerio pois:

I Todas as informações das barcas que passam do norte do Tejo para o sul passageiros junto a Santarem, sobre as formas da arrematcação.

II Qual o praso que tem de durar a ultima arrematcação.

III Qual o destino do preço da arrematcação.

IV Quantos barcas se empregam no verão, e quantas no inverno, e principalmente nos dias de feira ou mercado em Santarem, n'este serviço.

V Qual a tripulação de cada barca.

VI Qual a autoridade que fiscalisa o estado e serviço das barcas.

VII Tabella dos preços das passagens nas diversas estações do anno.

VIII Declaração se os passageiros que se apresentam para passar o Tejo são obrigados a esperar, em qualquer margem, numero determinado de passageiros para poderem effectuar a passagem.—*L. T. de Sampaio Junior.*

4.^o Repito, com a maior urgencia, que requerio, com a maior brevidade possivel, as representações que a camara municipal do Cartaxo dirigiu para o ministerio do reino, pedindo autorisação para edificar uma igreja e aforar parte da cerca do extinto convento de S. Francisco.—*L. T. de Sampaio Junior.*

5.^o Requerio que, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, se mande informar, pela repartição competente, do estado da tapada, que desde Santarem até á Azambuja, serve de livrar aquellos campos das inundações do Tejo.—*L. T. de Sampaio Junior.*

6.^o Requerio que, pelo ministerio das obras publicas, se remetta a esta camara uma relação, em que se declare toda a despeza feita na construção da estrada dentro da villa de Caminha, e uma copia do orçamento a que se mandou proceder em 1858, para a construção da referida obra.—*O deputado, R. de C. M. Pitta.*

7.^o Requerio que, sejam enviados a esta camara, pelo ministerio da fazenda, os esclarecimentos que houver a respeito da divida do estado á camara municipal de Santarem.—*J. T. Lobo d'Avila, deputado por Santarem.*

8.^o Requerio que o governo, pela secretaria da justiça, remetta a esta camara os seguintes esclarecimentos:

I Se o governo nas demissões dadas ao presidente da relação e outros empregados da cidade do Porto, obrára por outros motivos alem da falta de confiança.

II Se nas diligencias a que mandára proceder ultimamente para se descobrirem os moedores falsos, se guardaram as prescrições legais.

III Qual tem sido o resultado das prisões de varias pessoas e das apprehensões de notas falsas, dinheiro ou quaesquer utensilios que importarem suspeita de que eram empregados na fabricação de moeda falsa.

IV Se no districto de Villa Real tem apparecido fabricadores ou passadores de moeda falsa, e quaes as providencias que foram dadas pela autoridade superior d'aquelle districto.

V Se na cidade de Lamego appareceram algumas machinas ou quaesquer indícios, de que tambem ali se desenvolvia a industria criminosa de moeda falsa.

Sala da camara, 5 de março de 1860.—*Alves Martins*, deputado por Aljió.

São enviados ao governo.

Tambem se dá destino pela mesa á seguinte nota de interpellação:

Quando tiver logar a interpellação que annunciei ao sr. ministro da marinha e ultramar, em 22 de fevereiro passado, desejo interpellar igualmente a s. ex.^a sobre varios topicos do relatório do ministerio a seu cargo.

Sala da camara, 5 de março de 1860.—*José Antonio Maia*, deputado ás cortes.

É remetida ao governo.

Tem segunda leitura as seguintes propostas:

1.^a Requerio que seja enviado á comissão de estatística um requerimento dos habitantes da freguezia de Pedome, do concelho de Famelico, no qual pedem a desannexação d'aquelle concelho, para ser incorporado no de Guimarães, requerimento que foi apresentado em fevereiro de 1857 pelo sr. deputado José Fortunato Ferreira de Castro.—*Visconde de Pindella*, deputado por Guimarães.

A comissão de estatística.

2.^a Renovo a iniciativa do projecto de lei n.^o 69-A de 1858, sobre ser o governo autorisado a vender, aforar ou arrendar a longo praso, para uso agricola, a parte da cerca do pinhal nacional de Leiria, comprehendida entre o sitio denominado do Mourão, em linha recta ao Lagoeiro, d'ahi pelo ribeiro de Taboa, para o norte, até ao azeiro geral, voltando para elle até ao dito sitio do Mourão, na extincção de 120 geiras proximoamente.—*Fernando Luiz Mousinho de Albuquerque*, deputado por Leiria.

A comissão de fazenda, ouvida a de agricultura.

3.^a Proponho que seja nomeada uma comissão especial de vinhos, composta de 9 membros e nomeada pela mesa.—*Azevedo Pinto.*

É admittida.

O sr. Presidente:—informa a camara, que em 1852, como consta da acta, houve uma proposta para que se nomeasse uma comissão especial, não só para tratar do melhoramento da agricultura dos vinhos do Alto Douro, mas tambem do melhoramento dos outros vinhos do reino e ilhas.

O sr. Dias de Azevedo:—acha de toda a conveniencia a proposta; e que o sr. presidente o prevenira, na idéa de que a comissão se occupasse da agricultura de todos os vinhos do reino e ilhas, e por isso não manda para a mesa esse additamento, pedindo com tudo que seja votado: entendendo tambem, que para evitar perda de tempo, é de toda a conveniencia que a nomeação da comissão seja feita pela mesa.

O sr. Azevedo Pinto:—o pedido do illustre deputado está prevenido na sua proposta, pois que ella se refere a todos os vinhos em geral; e propõe que a comissão seja nomeada pela mesa.

É approvada a proposta.

O sr. Dias de Azevedo:—achando-se distribuido o parecer n.^o 10 sobre a proposta do governo para indemnizar os possuidores de titulos na importancia de 34:808 libras, quantia que foi extorquida pelo agente, em Paris, da agencia financeira de Londres; e desejando ser esclarecido sobre pontos que lhe são absolutamente necessarios para entrar na discussão d'esta proposta; faz o seguinte requerimento, de que pede a urgencia.

«Requerio que, pelo ministerio da fazenda, seja informada a camara: 1.^a, da quantia em coupons que o ex-empregado da junta do credito publico, Eduardo Mesquita Cabral de Almeida tirou da mesma junta, e vendeu a particulares; 2.^a, do procedimento havido contra esse ex-empregado, e quaesquer co-réus do mesmo crime, se os houve, e qual o resultado; 3.^a, se os coupons tirados da junta, e que lhe têm sido apresentados, têm ou não sido pagos, e no caso negativo, qual o fundamento da recusa; 4.^a, sobre quem se presume recair, alem do dito ex-empregado, a responsabilidade pela duplicação dos referidos coupons; e 5.^a, quaes as providencias adoptadas pela junta do credito publico, para se evitar a repetição de tão extraordinario facto.—*A. D. de Azevedo*, deputado pelo circulo 127.»

É mandado ao governo.

É introduzido na sala com as formalidades do estylo, e presta juramento o sr. Luiz Pinto Tavares.

O sr. Mendes de Vasconcellos:—participa que a comissão diplomatica se constituiu, nomeando para presidente ao sr. Nogueira Soares, e a elle para secretario, reservando-se para escolher os relatores conforme os trabalhos que hajam de ser discutidos.

O sr. Xavier da Silva:—manda para a mesa o seguinte requerimento, de que pede a urgencia.

«Requerio que se pegam ao governo, pelo ministerio das obras publicas, por copia, as consultas do conselho de obras publicas sobre o contrato celebrado com D. José Salamanca, para o caminho de ferro de leste e do norte, e sobre as duvidas que se têm suscitado sobre a execução do mesmo contrato.

«Pego tambem por copia a correspondencia ou reclamação do referido concessionario, relativas ao mesmo contrato.—*A. Xavier da Silva.*»

Manda-se expedir.

O sr. Avila:—annuncia á camara que o parecer sobre o contrato para a construção dos caminhos de ferro de leste e do norte, ha de apresentar-se na sessão de hoje, e como é objecto importante, a camara ha de querer occupar-se d'elle com urgencia; e como o requerimento do illustre deputado comprehende documentos importantes para esta discussão, e para que ella se não demore, pede que estes documentos sejam impressos e distribuidos com o parecer.

O sr. José Estevo:—tambem fez um requerimento a pedir certos esclarecimentos que não dizem respeito á questão de que se trata do caminho de ferro, mas que referindo-se ao caminho de ferro de leste que está feito, com tudo deve servir-se d'elles para o debate em que a camara va entrar; e por consequencia pede ao sr. presidente, que, quando estiver presente o sr. ministro das obras publicas, lhe permita que chame a sua attenção sobre a urgencia de serem presentes á camara estes documentos.

O sr. Avila:—alguns d'estes documentos já foram pedidos, e talvez já estejam na camara; em todo o caso o seu desejo é que o pedido d'estes documentos não demore a discussão de um objecto tão importante.

Approva-se que estes documentos se imprimam e se distribuam conjuntamente com o parecer.

O sr. Gavião:—manda para a mesa a seguinte nota de interpellação de que pede a urgencia:

«Desejo interpellar o nobre ministro das obras publicas sobre o commercio dos vinhos do Douro; sobre os meios a empregar para que em Inglaterra sejam equiparados ás nações mais favorecidas; sobre a maneira de se alargar o nosso commercio de vinhos; sobre os meios a empregar para se garantir a genuinidade dos vinhos do Douro.—*F. L. Gavião—Azevedo Pinto—B. das Lages—Crispiano da Fonseca.*»

Manda-se fazer o competente aviso.

O sr. Plácido de Abreu:—Pede a attenção e a benevolencia do sr. presidente e da camara, porque precisa de ambas para o cabal desempenho da representação que vae mandar para a mesa. Respeita essa representação ás viúvas e filhos de varios officiaes do exercito, que reclamam para se lhes abonar o monte pio correspondente ao meio soldo das patentes de seus fallecidos maridos. Bem escusado seria dizer á camara que uma similhante pretensão, alem de justissima, é de mais a mais um grande acto de humanidade. Respeita ás viúvas e filhos dos companheiros de gloria do immortal duque de Bragança, e que por seus gloriosos feitos nos restituiram a legitima dynastia d'estes reinos, e os nossos fôros e liberdades, que tão uteis tem sido á nossa terra portugueza.

Sem as fanças d'estes illustres militares no campo de batalha, sem as suas tribulações, já nas

terras estranhas, já nas prisões, nós não estaríamos n'este logar. Pede por tanto, e por tão legitimos fundamentos, que a camara ouça supplicas tão justas, e que a comissão respectiva e o governo se appressam a fazer justiça a quem por tantos titulos o merece.

Manda pois para a mesa, para ter o devido destino, a representação que faz a esta camara a baroneza de Fornos e outras viúvas e filhos de varios officiaes do exercito já fallecidos.

Aproveita a occasião para dizer, que tendo requerido pelo ministerio das obras publicas, que se mandassem os esclarecimentos que dizem respeito ao caminho de ferro de leste, e não tendo ainda sido enviados, insiste na remessa d'estes esclarecimentos porque são essenciaes para quando se tratar d'esta discussão; assim como deseja tambem os esclarecimentos pedidos á cerca das estradas, para quando se discutir o projecto *Langlois*.

O sr. Afonseca:—manda para a mesa um requerimento, que leu; e acrescenta que tem por fim obter da secretaria da fazenda um esclarecimento com relação á alfandega do Funchal. É preciso que a camara saiba que a alfandega do Funchal em tempo foi a segunda alfandega de todo o continente, e das possessões portuguezas. Desgracadamente as suas circumstancias mudaram, e uma grande calamidade publica, uma inundação horrorosa, fazendo inculcaveis estragos, obrigou o corpo legislativo a conceder o favor de uma meia pauta para aquella alfandega, ou 50% menos do que a importação estrangeira pagava no continente do reino; isto foi determinado por carta de lei de 13 de maio de 1843.

Ainda houve mais uma razão: estavam diante um do outro dois grandes principios, o da protecção e o do commercio livre, e quiz-se como que fazer uma experiencia.

No entretanto esta lei foi completamente sophismada, porque as alcavalas e as presentagens que se lhe accumularam, dão em resultado o pagamento de 75%, e não 50, como foi a intenção do legislador.

A Madeira, attenta a sua posição geographica, no meio do oceano, e no caminho para quasi todas as partes do mundo conhecido, attento ainda o grande infortunio que lhe sobreveiu pela perda do seu unico genero de produção e exportação, a Madeira, deve ser considerada como um *hotel* no meio do mar, deve empregar todo o seu disvello em attrahir os viajantes, e fazer com que a sua linda bahia não apresente a solidão e o abandono que se vê todos os dias. Para isto é necessario que as restricções, as peias e os embargos ao commercio cessem uma vez para todas, que o *hotel* cheio de encantos e atavios para attrahir, não ponha á porta cães de fila para lacerar as carnes d'aquelles que o querem frequentar. Os cães de fila, n'este caso, são os direitos excessivos e as alcavalas que affugentam toda a gente.

A nossa posição é tanto mais grave, quanto é certo que temos um visinho com outro lindo *hotel* a vinte e quatro horas de distancia: são as ilhas Canárias. A Hespanha proteccionista na metropole, é *livre-échangeiste* nas suas possessões. Uma pipa de vinho das Canárias, em tempo, muito reputado na Europa, pagava de direitos de exportação uma peçeta por pipa, em quanto que nós, ao pé da porta, eramos castigados com 6 a 78000 réis por pipa.

As Canárias têm um excellente lazareto, offerecem todas as commodidades á navegação d'aquellas paragens que é immensa, e nós, presos a miseraveis e mesquinhas peias, vemos passar na altura da ilha os navios que fogem de nós, como se estivessemos affectados de peste.

Fez pois este requerimento para fazer conhecer á camara e ao paiz a senda errada que seguimos, e se possa conseguir que se entre por uma vez n'um caminho de progresso e de civilisação.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—o illustre deputado fundamentou o seu requerimento por maneira, que pareceu pôr em duvida qual era a legislação que regula a alfandega da Madeira, quando elle mais do que ninguém sabe qual é essa legislação, porque foi quem tomou iniciativa na lei que se promulgou em 1843, que estabeleceu para a Madeira um favor especial, favor que não trata de ver se foi bem ou mal concedido, nem se é mais conveniente, que a Madeira se seja n'esta parte pela mesma legislação que rege o continente, embora se attenda a alguma circumstancia especial do que ter este favor na pauta. Entretanto, a lei de 1843 estabeleceu que os direitos na Madeira seriam metade dos que existiam estabelecidos no continente, e por consequencia ficou regendo para aquella ilha a pauta promulgada em 1843 por metade dos direitos.

Depois vieram algumas leis, que estabeleceram addicionaes, e que os tornaram extensivos á Madeira, e esses 12% foram sobre todos os direitos que até ali se pagavam. Se o illustre deputado entende que deve reger para a alfandega do Funchal a mesma legislação que rege o continente, estabelecendo por ventura alguma disposição especial para aquellos artigos que merecessem favor especial, este de accordo com esta doutrina; se o illustre deputado quer pôr em duvida a legalidade com que a legislação n'esta parte é applicada á alfandega do Funchal, parece-lhe que ninguém melhor do que s. ex.^a conhece a historia d'essa legislação.

O sr. Freitas Branco:—em 1858 nomeou-se uma comissão para propor uma reforma da pauta na alfandega do Funchal; e essa comissão fez o seu trabalho, e apresentou-o em curto espaço de tempo. Na sessão passada pediu que fossem remetidos por copia os trabalhos da mesma comissão, e como se não tivesse satisfeito a este requerimento, renovo este pedido. Mas tendo-se fallado agora n'este objecto, parece-lhe occasião opportuna de convidar o sr. ministro da fazenda para lhe dizer alguma coisa sobre as suas idéas, relativamente a este objecto.

Quando na sessão passada chamou a attenção de s. ex.^a sobre a organização da pauta especial da alfandega do Funchal, disse-lhe s. ex.^a que estava convencido, pelas idéas que então elle, orador, manifestou, de que effectivamente a legislação d'aquella alfandega não podia existir como estava: e na verdade a meia pauta foi, na epocha em que se concedeu, um beneficio para a Madeira, mas com o andar dos tempos, especialmente em consequencia dos impostos addicionaes, em vez de beneficio, tornou-se um desfavor.

Como s. ex.^a, n'essa occasião, disse que estava convencido das ponderações que fez, deseja que s. ex.^a lhe diga, se effectivamente esse objecto lhe tem merecido attenção, na certeza de que não deixa de ser pertinaz n'este assumpto.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—repetiria o que acabou de dizer, sobre quaes são as suas idéas a este respeito.

Em primeiro logar não tem a menor duvida em remetter á camara todos os esclarecimentos que existam na sua repartição a este respeito, mandando tambem a consulta da comissão, a qual já examinou, que é baseada nos principios que determinaram o governo para a criação da comissão que confeccionou aquelle trabalho, a que o illustre deputado se referiu, estabelecendo como base (e entendo que estabeleceu muito bem), para a alfandega da Madeira a mesma legislação que rege no continente, salvas as disposições de um ou outro artigo, que se mostrar que será conveniente modificar, em virtude de circumstancias especiaes. Foi sobre esta base que aquelle trabalho foi encarregado á comissão; mas as excepções são muito numerosas. Não pôde dizer desde já se concorda em

todas: umas parecem-lhe aceitaveis, outras parecem-lhe exageradas. Portanto, já examinou esse assumpto; mandará á camara todos os esclarecimentos que haja sobre elle, e tomará a iniciativa n'um projecto de lei que apresentará em occasião opportuna.

O sr. Ferrer:—deseja saber quando se lhe dá a palavra para verificar a sua interpellação ao sr. ministro da justiça, visto s. ex.^a se ter declarado habilitado para responder.

O sr. Presidente:—é verdade que o sr. ministro se declarou habilitado, mas o illustre deputado sabe qual é a disposição regimental a respeito das interpellações; e portanto ha de designar-se dia para ella ter logar na ultima hora da sessão, como determina o regimento.

O sr. Ferrer:—não gosta de alterar a ordem da casa, mas sabe o modo como havia de verificar a sua interpellação, sem alterar essa ordem. Marque o sr. presidente o dia que quizer, ou então dê-lhe a palavra extraordinariamente para verificar essa interpellação, pois precisa verifica-la quanto antes, porque é um dever seu, e de interesse para os seus constituintes.

ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DA RESPOSTA AO DISCURSO DA COROA

O sr. B. F. de Abreu:—tendo-se levantado hontem n'esta camara, a voz autorisada do sr. deputado por Cabo Verde, que governou aquella provincia, não para declarar, que reconhecia que mal trazidos tinham sido para o campo da discussão, os factos acontecidos em Bolama antes de ter sido dissolvida a ultima camara, e os factos acontecidos no Congo, dos quaes o governo não teve participações officiaes; mas para insistir n'elles, como fundamentos da impugnação feita por s. ex.^a aos dois primeiros paragraphos do discurso da coroa; não podia ter deixado de pedir que se lhe concessesse a palavra, visto que na ultima sessão, por ter dado a hora, lhe não tinha sido possivel seguir ao seu nobre amigo em todos os pontos por s. ex.^a tocados no seu discurso.

Nota que s. ex.^a trouxesse para o campo da discussão, não a resposta ao discurso da coroa, mas sim este, e o relatório do sr. ministro da marinha, tratando de o combater n'alguns dos seus pontos, apartando-se de d'esta maneira do objecto da discussão; porém accitando pela sua parte o combate no terreno a que por s. ex.^a foi levado, tratará como poder de responder aos seus argumentos, seguindo a ordem por s. ex.^a estabelecida, e seguindo o seu exemplo, tambem indigitará algumas reformas que entende que são indispensaveis, para que as nossas possessões ultramarinas dêem o primeiro passo para o seu progresso e civilisação.

O sr. deputado por Cabo Verde, querendo justicar-se de não ter tomado a palavra na penultima resposta ao discurso da coroa, onde tambem se reconheceu que continuavam as nossas boas relações com as potencias aliadas, como se disse no ultimo discurso; assegurou á camara, que então, foi um convenio o não se discutir aquella resposta. Ora, discutindo agora s. ex.^a a presente resposta, e não esta parte se acha de accordo com a primeira, e por isso tambem contém igual materia os dois discursos da coroa, é claro e evidente que só por convenio, é que hoje se discute e se impugna, aquillo que n'outra occasião se approvou.

Este convenio, não pôde ser outro, senão o convenio politico. Porém, se é assim, então, a bem dos interesses do ultramar, interesses que por tantas vezes tem sido promovidos n'esta casa e fóra d'ella por s. ex.^a o sr. Arrobás, pede a s. ex.^a que não faça politica, quando se tratar do ultramar, e que esteja de accordo com elle, orador, accitando todos os melhoramentos que por quaesquer governos forem apresentados;

respectivo governador de 11 de fevereiro de 1856, 61:711; em Cabo Verde, segundo os officios do governador, de 20 de novembro e 26 de dezembro de 1856, 5:181; na Guiné, isto é, em Bissau e Cacheu, segundo outro officio de 25 de maio de 1857, 2:900; em S. Thomé, 4:311; no Príncipe, 3:395, 2:900; segundo o officio do governador de 7 de setembro de 1856; e em Moçambique, segundo o officio de 14 de março de 1858 e até aquella data, 15:918; parcelas estas que formam o total de 93:416.

E não nutre os mesmos receios de s. ex.ª, porque entende primeiro que está ainda longe a epocha da emancipação dos escravos, prometida pelo decreto de 29 de abril de 1854, e que, quando chegar essa epocha, talvez não exista um terço dos escravos que hoje existem; já porque não de ter morrido muitos, e já porque muitos se hão de libertar, mesmo que seja para se mandarem para outras das nossas possessões, cuja necessidade o governo reconhece quando trata, no seu relatório, das ilhas de S. Thomé e Príncipe, pois diz que ellas do que carecem é de braços (*apoiados*); e por certo só consentindo-se, como se pôde consentir, sem offensa dos tratados, e segundo o espirito da legislação vigente, uma colonisação em grande escala para a provincia de S. Thomé, para onde podem ir pelo menos 20:000 pretos, isto é, escravos depois de libertados, alem de outros libertos ou homens livres que se possam angariar, é que essa provincia poderá prosperar, e auxiliar a mãe patria (*apoiados*). E em segundo lugar também não recia o apuro em que o governo se ha de achar d'aqui a quatorze annos, porque entende que, com os diferentes decretos e leis que se têm publicado desde 1854, é de supor que muito diminuto seja o numero dos escravos que o governo terá de indemnizar; por quanto pelo decreto de 14 de dezembro de 1854 se estabeleceu o registro dos escravos, logo o seu numero não pôde augmentar, mas sim diminuir; e se, quando se promulgaram o decreto de 10 de dezembro de 1856, e o tratado de 3 de julho de 1842, se tivesse estabelecido então o registro dos escravos, de certo já hoje não existiria a escravatura, e teria cabido a Portugal a gloria de ter emancipado a raça africana, e talvez com isso tivesse concorrido para o progresso das suas possessões. Pelo citado decreto de 14 de dezembro de 1854 também se declarou, que se considerassem como libertos todos os escravos que fossem importados por terra; facilitou-se a emancipação dos existentes, determinando-se mesmo certos fundos para a sua libertação; e concedeu-se a liberdade a todos os escravos do estado. Pela carta de lei de 30 de junho de 1856 decretou-se a libertação dos escravos pertencentes ás camaras e misericordias. Pela carta de lei de 5 de julho de 1856 se aboliu a escravatura no Ambriz. Pela carta de lei de 24 de julho se estabeleceu que fossem livres os filhos das escravas. Pela carta de lei de 25 de julho de 1856 se ordenou a libertação dos escravos das igrejas. Pela carta de lei de 18 de agosto de 1856 foram considerados livres todos os escravos embarcados em navios portugueses e estrangeiros, que entrassem nos portos do reino, ilhas adjacentes, India e Macau, etc., e outras mais disposições que não citamos todas ellas concorrendo para a progressiva diminuição dos escravos actualmente existentes nas nossas possessões, fazem com que se não inquiete muito com os apuros em que o governo se ha de achar d'aqui a quatorze annos, e por isso o que deseja é que o actual sr. ministro da marinha se occupe desde já dos melhoramentos de que carecem as nossas possessões, e por isso também vai fazer algumas indicações, que muito estimará que sejam adoptadas pelo actual gabinete.

E para não fatigar a attenção da camara, não desenvolverá agora essas indicações, mesmo porque as reputa de uma conveniencia tal, que está persuadido de que hão de ser approvadas pelo governo e pela camara.

Entende: 1.ª que é indispensavel para a boa ordem do serviço e progresso das nossas provincias ultramarinas, que o actual ministerio da marinha se divida em dois: um da marinha, e outro do ultramar.

2.ª Que pelo governo sejam nomeadas commissões de inquerito para as diferentes provincias ultramarinas, a fim de estudarem as suas necessidades, e proporem os meios de se satisfazer a essas necessidades.

3.ª Que se fixem os limites das nossas possessões, fazendo-se depois os competentes tratados, para evitarmos invasões futuras, como aquellas que até hoje temos tido das nações poderosas.

4.ª Que se acabe com a distincção entre exercito do reino e exercito do ultramar (*apoiado*), mandando-se para o ultramar uma tropa regular e bem disciplinada, com a obrigação de ali servir por algum tempo, dando-se-lhe para isso algumas vantagens.

5.ª Que se estabeleçam aulas convenientes para a instrução primaria e secundaria, creando-se mesmo alguns seminarios para a educação da mocidade que tiver vocação para o estado ecclesiastico.

6.ª Que se façam estradas em todas as nossas provincias ultramarinas, e caminhos de ferro em Loanda, que, atravessando a Africa, cheguem á provincia de Moçambique. E que para esta provincia se mandem dois vapores alem d'aquelle que o governo destina; um para navegar e sustentar communicações regulares entre a ilha de Moçambique e os seus diferentes portos; e outro para entreter communicações entre essa provincia e a India, porque só d'esta maneira poderá Portugal estar também em communicações com uma das nossas mais importantes possessões, como é a provincia de Moçambique.

7.ª Que haja uma escripturaria escolhida nos empregados que forem mandados para o ultramar; que se faça para isso uma boa lei de habilitações, e que esses empregados, quando tiverem feito bons serviços, sejam devidamente recompensados quando voltarem ao reino.

8.ª Que se organisem as repartições do ultramar de maneira, que se possa exigir a responsabilidade dos respectivos empregados.

9.ª Que se façam leis de aposentação para os empregados que servem nos diferentes quadros, como tem os professores e facultativos do ultramar.

10.ª Que o governo mande rever os dois decretos de 7 de dezembro de 1836; e de 16 de janeiro de 1837; de 28 de setembro de 1838; de 30 de dezembro de 1852; de 15 de setembro e 11 e 12 de dezembro de 1856; de 17 de agosto de 1857; de 7 de maio e 2 de junho de 1858, propondo as alterações que julgar convenientes, porque só d'esta maneira é que, fazendo-se grandes reformas no ultramar, no ramo administrativo, da fazenda publica, da justiça, etc., etc., poderemos esperar um melhor futuro para essas possessões, que tão dignas são de melhor sorte, e que podem servir de amparo e salvação para a mãe patria, a qual só nas nossas possessões é que achará os meios preciosos para emprehender os melhoramentos de que ella tanto carece, mas que para os obter é indispensavel gastar primeiro muito, para depois também poder esperar fabulosos lucros.

O sr. José Horta:—lê e manda para a mesa o parecer das commissões reunidas de fazenda e de obras publicas, sobre o contrato celebrado entre o governo e D. José Salamancá, para a construcção das vias ferreas de leste e do norte.

Manda-se imprimir.

O sr. Pereira de Carvalho e Abreu:—participa que se acha installada a commissão de petições, tendo nomeado para presidente o sr. Rebelo Cabral, para relator o sr. Rocha Peixoto, e para secretario elle participante.

O sr. Carlos Bento:—requer que seja impresso no *Diário de Lisboa* o parecer mandado para a mesa pelo sr. Horta, e pede ao sr. ministro das obras publicas que haja de remetter á camara os documentos que dizem respeito áquelle assumpto para o mesmo fim.

O sr. Presidente:—diz que é costume mandarem-se imprimir para serem distribuidos pelos srs. deputados, fazendo-se depois a publicação no *Diário* quando entram em discussão, mas altera-se ha este costume, se a camara o resolver.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—julgando a questão resolvida, declara comtudo que não ha duvida alguma da parte do governo, em que sejam publicados todos os documentos; e pelo que respeita á publicação no *Diário* manda-la fazer amanhã.

O sr. Dias de Azevedo:—participa que se acha installada a commissão ecclesiastica, tendo nomeado para presidente o sr. D. José de Lacerda, para secretario elle participante, e reservando-se para nomear relatores especiaes para os objectos que forem commettidos ao seu exame.

O sr. Lobo d'Avila (sobre a ordem):—pede que com os documentos, que se vão imprimir, sejam impressas as representações do concessionario dos caminhos de ferro do norte e de leste, dirigidas ao governo, e presentes ás commissões, em virtude das quaes se fizeram as alterações ultimamente apresentadas á camara.

O sr. Presidente:—não sabe se são comprehendidas ou não.

O sr. Xavier da Silva (sobre a ordem):—observa que o seu requerimento comprehende as consultas do conselho das obras publicas, e toda a correspondencia que tem havido com o concessionario a este respeito.

O sr. José Estevão (sobre a ordem):—pediu a palavra para quando estivesse presente o sr. ministro das obras publicas para tratar d'este assumpto, tendo ha dias feito um requerimento, em que pedia que fossem presentes á camara a despeza feita no caminho de ferro desde que a empreitada ingleza deixou as obras, o fornecimento que existe empregado ou em deposito, uma conta das sommas gastas nas obras que se fizeram e nos objectos que se compraram, indicando-se a maneira porque foram applicadas. Sabe que é difficil estremar estas contas, mas pede ao sr. ministro que se dê pressa em expedir as suas ordens, para que esse trabalho comece quanto antes.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—assegura ao illustre deputado, que hoje mesmo assignou o officio de remessa (que não sabe se a mesa já recebeu), mandando o resumo das contas que o illustre deputado pediu; mas, se necessario for, não tem duvida em mandar á camara os documentos, que não podem ser extractados nem copiados, voltando para a secretaria depois de examinados.

O sr. Presidente do conselho de ministros (duque da Terceira):—manda para a mesa uma proposta, pedindo que a camara consinta que possam accumular, querendo, as funções de deputados com as dos seus empregos no ministerio da guerra, os srs. Palmeirim, Castro Ferrer, Azevedo e Cunha, Pinto da França, Lacerda (Antonio), Thiago Horta, Camara Leme, Barros e Sá, e Cyrillo Machado.

É igualmente mandada para a mesa o tratado feito com os reis de São, o qual pede que seja remettido á commissão respectiva.

O sr. Presidente:—consulta a camara sobre se se ha de discutir desde já a proposta do sr. ministro.

Assim se resolve; e é logo approvada.

O sr. Pinto Coelho (sobre a ordem):—pede que se lhe explique se os documentos que hão de imprimir-se, com relação ao negocio dos caminhos de ferro, são todos os que foram presentes ás commissões, e sobre os quaes o parecer foi elaborado, porque é sua opinião que assim se faça; e se é esta a significação do que está decidido não faz proposta alguma.

O sr. Mello Soares:—ainda são mais.

O sr. Pinto Coelho:—n'esse caso não faz a proposta que tencionava fazer.

O sr. Mello Soares (sobre a ordem):—participa que se acha installada a commissão de infracções, tendo nomeado para presidente o sr. Lopes Branco, para secretario o sr. Furtado, e para relator elle participante.

O sr. Garicho (sobre a ordem):—participa que se acha installada a commissão de estatística, tendo nomeado para presidente o sr. Dias d'Azevedo, para secretario o sr. Simão M. d'Almeida, e para relator elle participante.

O sr. Gouveia Osorio (sobre a ordem):—participa que se acha installada a commissão de pautas, tendo nomeado para presidente o sr. Gaspar Pereira, para relator o sr. Gomes de Castro, e para secretario elle participante.

Também é mandada para a mesa a participação de se achar installada a commissão de saude, sendo presidente o sr. Diogo de Sá, secretario o sr. Nogueira, havendo relatores especiaes para cada um dos negocios.

O sr. Presidente:—declara que se continua na ordem do dia.

O sr. Alves Martins:—não vem fazer um discurso longo, porque nem o sabe fazer, nem os discursos que levam dois e tres dias concorrem para a illudicação das questões que se ventillam, sendo muitas vezes um meio oratorio de encobrir a parte vulneravel da materia; mas vem chamar a attenção do sr. ministro da marinha para objecto que julga de importancia, por isso que nem o sr. Arboas, nem o sr. AbRanches, tocou em tal especie, e tem grandes receios de que dentro em pouco fiquemos sem a colonia de Moçambique.

No entretanto, antes de chamar a attenção do sr. ministro da marinha, fará algumas observações ao que disse o nobre ministro do reino.

Em primeiro lugar, ao que o sr. ministro disse, de que era inconveniente uma larga discussão por occasião da resposta ao discurso da coroa, porque se perdia o tempo, não se aproveitava nada, por não haver na mesa objecto sobre que reallissava a votação da camara, e seria melhor que os objectos que se tratavam agora na generalidade fossem para o seu logar respectivo, quando as commissões dessem o seu parecer sobre elles; entendo que deve antepor algumas considerações áquellas, a fim de se apurar a verdade a este respeito.

Não tendo sido alteradas as formulas em uso desde 1834, se se nomeia uma commissão especial para elaborar a resposta á falla do throno, se essa commissão dá o seu parecer, sobre o qual, depois de distribuido, se abre o debate, não se pôde estranhar que nenhum deputado tome a palavra sobre o objecto em discussão.

Ora, uma vez que o governo estava n'estas idéas, devesse ter-las traduzido na pratica e alterar as formulas. Podia assim o presidente da camara dos pares, que na sessão real da abertura preside ás duas camaras, responder immediatamente ao discurso do throno, se a resposta não é mais do que um cumprimento, como se quer inculcar. E ainda conviria que os diplomatas dos deputados fossem legalizados antes da abertura do parlamento, porque fallando

o rei com os dignos pares e com os deputados da nação portugueza, cumpria que estes o fossem com toda a extensão da palavra.

Mas note a camara que, apesar d'estas idéas, o mesmo sr. ministro do reino confessa depois no seu discurso, que era necessaria a discussão, porque disse que quem era o juiz da dissolução de uma camara era a camara seguinte, mostrando assim que ha cousas que devem ser discutidas, e não o podem ser em um logar especial. Se isto é assim, se o ministerio toma toda a responsabilidade d'aquelle acto do poder moderador, e se a camara que se segue á dissolução é o juiz d'esse acto, para que estygmatizam a resposta ao discurso da coroa? Então é necessaria uma discussão regular, porque ha objectos que não se podem discutir senão agora.

Deixando porém este objecto, vae tratar do assumpto principal da discussão, vae tratar da politica geral do governo, examinar quaes as suas tendencias, e quaes as suas aspirações, guiando-se pelos factos e postas de parte ás intenções.

Não admira que este ministerio tenha marchado de illegalidade em illegalidade, de infracção em infracção, porque peca pela sua origem, que é um testemunho flagrante contra as praticas constitucionaes, por quanto saindo de um grupo de trinta e tres homens, cuja politica era embarcaçao e andamento ao gabinete anterior, não pode constituir-se sem ir buscar fóra do parlamento um cavalleiro, ao passo que o que se devia ter feito era chamarem-se os dois presidentes das duas camaras, para serem consultados e indicarem quem havia de compor o novo gabinete.

Nestas circunstancias já se lhe curou uma ferida, concedendo-lhe o *bill* de indemnidade por haver decretado o giro da moeda antiga, sem autorisação do parlamento, por isso, que o governo apellou para a importancia e conveniencia d'essa medida.

Ainda ha outro negocio, a respeito do qual o sr. ministro da fazenda terá de pedir outro *bill*, que não sabe até que ponto se lhe ha de conceder; refere-se ao celebre emprestimo do contrato *Erlanger*.

O ministerio veio á camara com uma proposta, apresentada pelo sr. ministro da fazenda, em que se pedia autorisação para cobrar os tributos e applicar-las ás despesas: essa proposta veio á discussão, e elle, orador, fez uma pergunta ao sr. ministro, que consistiu em saber se o governo tinha intenção de dissolver a camara, porque se tinha esta intenção votava ao governo a autorisação que elle pedia, e se a não tinha não a votava. Procedia assim porque não queria que o governo, indo dissolver a camara, tivesse de assumir a dictadura; mas o sr. ministro da fazenda respondeu que o governo não tinha intenção de dissolver a camara, e que queria viver na melhor harmonia com ella.

A camara, á vista das declarações solemnes do sr. ministro, concedeu todas as autorisações; tal foi o testemunho que essa mesma maioria deu ao actual ministerio.

Quando, porém, em novembro se abriu novamente a camara, e elle, orador, chegou passados quatro dias, achou a palavra *dissolução* a pairar sobre todas as cabeças. Da eleição das commissões não tinha o governo feito caso algum, não cuidaram d'ellas como agora; o abandono absoluto, a falta de presença dos srs. ministros, tudo indicava que o governo não queria nada com a camara, e que havia desharmonia entre ella e o governo. Era necessario procurar a causa da guerra que o governo movia á camara, e ninguém a podia advinhar; não se ouvia senão, o governo dissolve a camara, até que a final, no meio d'estas vicissitudes, os srs. ministros apresentem-se um dia nas suas cadeiras, e corra logo que a causa da presença de ss. ex.ª era porque, em noticias que vieram de Castella por parte telegraphica, se dizia que se não dissolvesse a camara sem primeiro se approvou o contrato feito com o sr. Salamancá. A estas noticias telegraphicas vindas de Castella (*riso*) seguiu-se o facto do governo fazer reunir na secretaria do reino todos os deputados, e ali propor-lhes a discussão do contrato, porque era de toda a necessidade resolver com urgencia o negocio dos caminhos de ferro; e a maioria e minoria lá reunidas assentaram de toda a necessidade discutir o contrato do caminho de ferro; e no outro dia o sr. ministro veio á camara, e apresentou o referido contrato.

Quando as commissões, a quem esse contrato tinha sido submettido, discutiam o negocio, aconteceram o concessionario apresentou modificações importantes, e o proprio sr. ministro das obras publicas, se bem se lembra, disse que o governo não admittia modificações algumas, e que o governo havia de fazer cumprir o contrato; que o contrato não era o contrato Petto, no qual tudo eram modificações; e no fim de tudo isto veio uma bella manha, e disse-se, não ha mais nada, a camara é logo dissolvida! Já a pressa que havia em discutir o contrato tinha acabado! A camara foi dissolvida, e ficou o contrato provisório e as modificações que, na linguagem do sr. ministro, não era possível admittirem-se.

A camara dissolveu-se sem que o governo viesse á falla com a camara, e sem que houvesse o menor symptoma de que o governo não tinha maioria, porque não discutiu com ella.

Mas qual foi o pretexto? Foi o *salus populi* de que fallou outro dia o sr. ministro do reino. Não trata de averiguar o maior ou menor grau de responsabilidade que cabe ao governo por essa dissolução.

A verdade é que todos os governos apellam para o artigo da carta, quando a salvação publica exige a dissolução das cortes, mas nem todos se restringem á litteral observancia do artigo, e tomam os interesses d'elles, governos, pelos interesses do paiz, porque o primeiro interessado em viver é o governo.

Mas se ha occasiões em que os governos têm tido motivos para se justificarem, d'esta vez declara que os srs. ministros, não só não têm motivos, mas nem apparencias para se justificarem do acto da dissolução; e sabe as amarguras em que o sr. ministro se achou para ver se encontrava um pretexto para dissolver a camara. Não o achando, lembrou-se de tomar para pretexto a lei eleitoral, lei que tinha prazos certos e determinados para se dar á execução. E quando se dissolve uma camara por motivos tão frivolos, tão pequenos, tão inconstitucionaes, e tão fálto de politica, que se ha de julgar do governo e dos homens que dirigem esta politica?

O pensamento e a causa da dissolução foi o que se lhe ouve; foi o parecer das commissões reunidas sobre o contrato do caminho de ferro. Era a este assumpto que se deviam attribuir todas estas culpas. O sr. ministro das obras publicas então achava justo, moral e legal não illudir a fé publica, e não dar um espectáculo triste; e agora já não pensava do mesmo modo.

Agora já admittie alterações em um contrato que tinha sido feito em hasta publica, illudindo-se assim o programma que o governo tinha feito, illudindo-se a fé publica, e pondo-se fóra do combate os concorrentes! Por causa do concurso foi o sr. Carlos Bento exposto á provocação das turbas. Então o sr. ministro não admittia cousa alguma: era o concurso; e hoje subido ao poder foi illudir a fé publica e nos foi envergonhar mais.

Houve uma epocha em que se arvorou uma politica de tolerancia, e em que todos se reuniram para cooperarem para a felicidade publica, sem se dizer este pertencem á escola cartista, este foi ca-

bralista, este foi setembrista, este foi miguelista. O ministerio achou-se rodeado de homens de todas as cores politicas. Havia seis homens que diziam: quem nos quizer acompanhar salte para a barca; quem não quizer fique na praia.—Este foi o pensamento politico que o ministerio então adoptou, e o sr. ministro do reino hoje tem outro pensamento. S. ex.ª quiz formar agora um partido seu, um partido pessoal para governar. No intervalo da camara, o que fez o governo? Pegou nos seus amigos e mettu-os nas repartições e em todos os logares. Não os procurou só desocupados e livres, veio mesmo busca-los ao parlamento contra as idéas que antes de ser ministro apresentou, e mais os seus amigos, tanto na camara, como na imprensa.

Não quer que nos governos civis estejam homens que hostilizam a politica do governo, mas também não deseja que, porque uma autoridade deixou perder uma eleição, ou se não prestou a todas as vontades dos srs. ministros, ella seja demittida. E por isso que pensa que a politica dos srs. ministros, é uma politica pequena e mesquinha. S. ex.ª o sr. ministro do reino ainda ha pouco acaba de demittir um administrador do concelho por causa do diabo das eleições (*riso*). O proprio administrador da sua terra foi demittido por causa da eleição d'elle orador. Não lhe pediu o seu voto, e contava que elle o guereasse, nem fallou com elle, nem nunca se importou com os empregados da sua terra: pois este empregado foi demittido agora, porque não fez tanto quanto se desejava d'elle.

Aqui está o que é a politica do governo; não é uma politica generosa e de tolerancia; é uma politica pequena e tacaña.

Queriam só que fossem eleitos os designados. E o que são os designados? E para votarem tudo, é para votarem o parecer que se apresentou e outros que venham. Se o governo tem propostas boas, apresente-as que os deputados, sejam elles quem forem, tendo a peito o bem do seu paiz, hão de apprová-las; mas andar a designar deputados para ter na camara uma maioria que lhe approve tudo, e dissolver uma camara só por supor que não approve a legalidade do seu proceder, é uma cousa que não se pôde tolerar. Não quer acompanhar os srs. ministros na adopção das modificações que se apresentam ao contrato, e sente que as apresentem, porque s. ex.ª sabem que é seu amigo; mas no seu logar não as apresentava nem as admittia. S. ex.ª sabem que a sua obrigação é fazer mais alguma cousa. Desgraçada situação de homens que necessitam d'estes meios para ser ministros alguns mezes, para andarem de correio atrás, e trazerem uma farda com um penderalho (*riso*).

Não gosta de ser opposição, deseja antes ser maioria, porque se leva ali vida mais folgada, e por isso estimaria muito que entrasse na gerencia dos negocios publicos um governo que o collocasse na posição de ser maioria.

No meio d'estas guerras que estamos a fazer uns

aos outros, n'este moto continuo de ministerios abai-

xo e ministerios acima, o peor é para o paiz, que

tem de soffrer todos os prejuizos resultantes d'estas

continuas mudanças de gabinetes; e a final é quem

paga as custas de todos estes processos.

Recordando ao sr. ministro das obras publicas, o

que s. ex.ª disse na camara dissolvida contra o mi-

nisterio passado, relativamente a obras publicas, no-

ta-lhe que veja o que tem feito. No fim de tudo foi

aceitar novas condições para o contrato do cami-

ninho de ferro, as quaes quem sabe se serão recebi-

das pelo concessionario assim mesmo como estão.

Oxalá que se engane nas suspeitas que tem a este

respeito, mas recia que s. ex.ª n'este negocio este-

ja a levantar para si um padrão de gloria, como o

do sr. Fontes quando ministro das obras publicas, em

relação ao caminho de ferro até ao Carregado.

Não trata das medidas de fazenda, por não ser

competente para fallar nellas. Esse assumpto está

entregue a homens entendidos n'esta materia, e cer-

to está de que as tratarão devidamente.

Em quanto ao sr. ministro da justiça, terá, em

tempo e occasião mais opportuna, de ajustar umas

contas com s. ex.ª a respeito da concordata, porque

deseja saber se as opiniões do sr. ministro da justi-

ça, em quanto a este assumpto, estão conformes

com as opiniões do sr. Martins Ferrão (*O sr. mi-*

nistro da justiça—*apoiado*); opiniões que estão es-

criptas em parecer separado. Alem disto a camara

deve notar que s. ex.ª, sendo pela lei obrigado a

dar conta ás cortes do uso que fizesse da autorisa-

ção para sancionar a concordata, ainda até agora

não deu essa conta, de modo que o parlamento a

este respeito não sabe ainda nada oficialmente.

Chama a attenção do sr. ministro da marinha,

não a respeito da questão de Bolama, que já foi de-

vidamente tratada, não esperando que essa nossa

posseção seja reconquistada, porque todos sabem

que é sempre o resultado de todas questões tenta-

das entre o fraco e o forte; nem tão pouco trata do

que houve por occasião da eleição do rei do Con-

go, na qual infelizmente as nossas armas soffreram

uma derrota, que não estavam costumados a soff-

rir na costa de Africa. Foram cento e tantos sol-

dados portuguezes, bem disciplinados e bem com-

mandados, que soffreram um insulto na occasião em

que tratavam de repellar uns poucos de pretos que

se queriam oppor á eleição do rei do Congo, que

os portuguezes defendiam...

O sr. Balduino:—eram doze mil e tantos pretos

contra cento e tantos soldados.

O Orador:—Os nossos antigos portuguezes nunca

contaram o numero dos inimigos, nem em Ceuta,

nem no Brazil, nem na India, nem em Africa, nem

em parte alguma contaram nunca o numero dos ini-

gnigos: tentaram e fizeram grandes descobertas e con-

quistas sem nunca olhar ao numero dos inimigos

com que tinham a combater.

Chama, porém, a attenção do sr. ministro da ma-

rinha sobre o que se está passando em Moçambique;

porque em vista dos factos que ali se estão passa-

ndo, estamos em vespas de perder aquella provin-

cia. Não quer dizer que sejam para ali mandadas

grandes esquadras, nem grandes exercitos, mas o

que pede, como cousa indispensavel, e como unico

meio de civilisar aquelles povos e mante-los na obe-

diença a Portugal, é que se mandem para ali mi-

nistarios. É o que fazem os outros paizes; e pede

que em logar de se irem gastar 12.000.000/3000

réis em caminhos de ferro, se gastem com o ul-

tramar, d'onde espera a nossa regeneração; e man-

dar ali cultivar o algodão, a canna de assucar, o

café, etc., no fim de vinte annos estarão forros os

12.000.000/3000 réis, que se gastaram agora; e então

se poderão dispendir grossas sommas em caminhos

de ferro.

Pede ao sr. ministro da marinha que faça o que

fazia o seu antecessor, (e em isto não queria de-

primir o governo de s. ex.ª) que não parava diante

de difficuldade alguma; que vinha á

distritos do norte. O continente está dividido em quatro inspecções geras; estabelecidas durante a actual administração, e que foram votadas especificamente pelo parlamento, e de que já se tem tirado excellentes resultados, nem de outra maneira é possível n'um paiz que quer que haja obras publicas, e saber o que se passa n'estas obras.

Finalmente, nota que tendo dado a hora, e não estando presente o illustre deputado a quem se propoz responder, limitava aqui as suas explicações.

O sr. Presidente: dando para ordem de amanhã a continuação da de hoje, levanta a sessão.—*Eram quatro horas da tarde.*

O extracto do discurso do sr. Azevedo Pinto, publicado na sessão de hontem, deve ler-se, no principio, do modo seguinte:

O sr. Azevedo Pinto:—manda para a mesa uma proposta e um requerimento; e diz que nas representações que pede no seu requerimento, e especialmente na segunda, a commissão reguladora do commercio e agricultura dos vinhos do Alto Douro, mostra a posição desfavoravel, etc.

Propostas de lei apresentadas pelo sr. ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em sessão de 29 de fevereiro de 1860

(Continuado do n.º antecedente)

Senhores.—A administração da justiça occupa o lugar mais importante na organização civil da sociedade. Fazendo prevalecer o direito, garante a soberania da lei, e a ordem publica.

No emprego do direito pelo poder publico consiste a administração, que, derivando-se assim de um unico principio, se divide em tantas provincias distintas, quantas são as formas geras debaixo das quaes os factos se apresentam em relação á applicação da lei, e ás suas garantias.

Se o poder social promove o exercicio dos direitos e os interesses da sociedade, e generalisa a sua acção pelos diferentes ramos em que a vida social se manifesta, cria a administração propriamente dita.

Se na ordem dos negocios publicos, os direitos são feridos e os interesses são prejudicados, no poder social incumbem assumir a defesa do que é justo, e estabelecer a harmonia perturbada, revestindo no seu modo de obrar as diversas formas, em que a competencia se divide.

Quando os interesses dos individuos são prejudicados, ou os seus direitos são feridos por actos exclusivamente da administração publica, nascem as duas competencias, da administração pura, e da administração contenciosa.

Mas se os direitos são pleiteados por effeito de violações estranhas a actos proprios de administração, embora esta como pessoa moral represente uma das partes contendoras; o poder judicial é chamado n'este campo a exercer a acção da justiça, ou seja pronunciando sobre as pretensões oppostas, que invocam a protecção da lei, ou seja impondo em nome da ordem publica e da justiça offendida a pena comminada contra os seus transgressores.

N'um e n'outro campo manifesta-se o interesse da sociedade, já garantindo a decisão regular e pacifica das contestações que se elevam acerca dos interesses lesados e do direito que se recusa reconhecer; já assegurando a repressão dos factos de violencia e de fraude que atacam as instituições legaes e a ordem publica que d'ellas depende.

Tal é, senhores, o quadro dos principios que, sem quebra da unidade, determinam a separação da administração da justiça na ordem administrativa e na ordem judicial, que convem extremar para que a acção dos poderes possa ser efficaç; e que, no interesse da administração publica, é mister melhorar nos seus diferentes ramos, prestando-lhes as condições necessarias para o seu progressivo aperfeiçoamento.

Na ordem do poder judicial, de que especialmente me occupar-me, tudo quanto comprometter ou diminuir a sua independencia, tudo quanto a titulo d'essa independencia procurar estabelecer a irresponsabilidade legal, prejudica a administração da justiça e fere o credito do poder.

A importancia das attribuições conferidas ao poder judicial, e a necessidade das garantias que é mister que acompanhem a administração da justiça, constem para o poder do estado, a que são confiadas, a maior seioria responsabilidade; e demandam por isso a maior madureza nas reformas successivas que exigem as necessidades publicas, e os modos de ser da sociedade.

Foi partindo d'estes principios que preparei as propostas que tenho a honra de vos apresentar, e das quaes vou dar-vos successiva e resumida conta.

Em todas ellas tomei por base a administração existente, como meio mais facil de reforma.

Não é prudente riscar n'um dia as tradições de muitos annos; nem o modo de ser de um povo pôde ser posto de parte quando se trata de reformar a sua administração. Aqui o eclecticismo illustrado deve ligar n'uma só escola a base historica das instituições com a theoria de reformas que a adiantamento das idéas aconselha.

I

Entre os meios pelos quaes a administração publica adquire a força de que carece reputo como o mais efficaç a responsabilidade efectiva dos individuos investidos da autoridade publica. Assim como á face da lei politica dos estados não existem actos do poder que sejam indifferentes, também não os pôde haver sem que lhes esteja inherente a mais exacta responsabilidade.

O reconhecimento d'este principio tem feito com que a responsabilidade dos funcionarios seja considerada como uma das bases do systema politico de todos os paizes livres; variando apenas a forma do seu exercicio, segundo as condições em que o poder tem de ser empregado.

Em relação ás diversas ordens de funções publicas da administração propriamente dita o poder executivo tem uma responsabilidade directa e efectiva por todos os actos dos seus funcionarios. Ali a dependencia do funcionalismo para com o poder central torna possível e efectiva a responsabilidade dos seus agentes, e o governo sustenta a execução d'este principio fundamental, como o primeiro responsavel para com a nação a que pertence.

Mas quando ao lado do poder executivo se levanta outro poder independente d'elle no exercicio das suas funções, a responsabilidade de d'ellas resulta não pôde tornar-se efectiva pela responsabilidade directa do governo. Não acaba por isso o principio da responsabilidade que augmenta na razão directa da independencia; porém varia de forma, subordinando-se ás condições sociais d'essa independencia relativa do poder a que está inherente.

O poder judicial é independente, mas não é infallivel nem impecavel. Contra a fallibilidade dos seus actos estabelece a lei as diferentes instancias graduadas segundo as maiores presumpções de sciencia e pratica de julgar; contra a possibilidade do abuso, tão facil de crear á sombra da independencia, é necessario que a sociedade adopte garantias que lhe dêem não só uma boa administração de justiça, mas também plena confiança e verdadeira fé n'aquelles que a administram, porque a justiça é a religião social.

O interesse das classes não é estabelecer para si a difficuldade da investigação dos seus actos; é procurar que elles sejam escrupulosamente examinados pelos meios regulares e sem preterição dos seus fu-

ros. A luz da publicidade não offende; esclarece e anima. As duvidas e os receios geram-se com as trevas e a obscuridade.

A lei fundamental do estado reconhece e sancionou aquelle principio não só nos recursos que admittiu, mas especialmente determinando a responsabilidade do poder judicial pelos seus abusos e prevaricações, base enjo desenvolvimento deixou para uma lei especial. E a este preceito da nossa lei politica que pretendo satisfazer, apresentando-vos uma proposta de lei de responsabilidade judicial.

O estabelecimento de syndicancias em periodos certos e determinados para todos os funcionarios de justiça; a faculdade de fazer proceder a ellas extraordinariamente, quando assim o exija a conveniencia do serviço; dar a essas syndicancias toda a força de que ha mister para se conseguir o fim importante a que ellas se dirigem; são condições indispensaveis para a boa ordem da administração. É sobre estes principios que se acha modelada a proposta que tenho a honra de vos apresentar.

O principio das visitas, inspecções e syndicancias, que são formas mais ou menos desenvolvidas do mesmo facto, encontra-se estabelecido e regulado em todos os ramos de administração no nosso paiz. O dever de visita imposto aos magistrados superiores dos districtos, na ordem de administração civil; igual dever imposto aos delegados do thesouro, na administração de fazenda; as funções dos inspectores, na repartição das obras publicas; e o dever de correcção imposto aos juizes de direito de primeira instancia; são outras tantas applicações mais ou menos completas do mesmo principio.

A syndicancia, propriamente dita, sobre os tribunaes de primeira instancia encontra-se estabelecida na legislação vigente, e consequencia do mesmo principio são as syndicancias dos tribunaes de segunda instancia, porque não será facil descobrir uma razão de justiça em que possa basear-se qualquer excepção a este respeito.

Se se consultar a historia da administração da justiça desde remotas eras no nosso paiz, encontrar-se-ha regulado mais ou menos desenvolvendo este importante objecto. Na ordenação mamehina, livro 1.º titulo 40.º e seguintes; no alvará de 7 de janeiro de 1588; na ordenação philippina, livro 1.º titulo 60.º; no alvará de 8 de fevereiro de 1775 e mais legislação subsequente; largamente se desenvolver este principio, criando instituições que só acabaram quando a reforma geral do systema judicial do nosso paiz de envolta com muitos erros e muitos abusos arrastou provisões que poderiam ter sido conservadas, modificando-as e melhorando-as. É um mau symptoma, e indicio de decadencia, em uma nação o esquecimento e o desprezo do seu passado. Ella pôde no meio de uma crise social destruir instituições caducas ou nocivas; mas se, acabado este trabalho de destruição, continua a desprezar as lições da sua historia, a persuadir-se que tem acabado com os elementos seculares da sua civilização, a repellar a força das tradições e dos elos que prendem entre si gerações successivas, não é então uma sociedade nova que se forma, é um estado anormal que se perpetua.

Ainda assim na nova jurisprudencia esta materia não foi abandonada. Encontra-se ella considerada especialmente na lei de 28 de novembro de 1840, artigo 8.º, e na novissima reforma judicial, artigo 54.º, e 89.º § unico. Providenciou-se a este respeito igualmente no decreto de 1 de agosto de 1844, hoje derogado, e sobre elle assentou o regulamento de 25 de Setembro do mesmo anno. Finalmente ainda se voltou a legislar sobre este assumpto na lei de 18 de agosto de 1848.

Mas as syndicancias extraordinarias e excepcionaes, taes como resultaram d'essas leis, e actualmente estão estabelecidas, são um doloroso e inefficaç remedio de que sempre se hesitará em lançar mão. Doloroso, porque ordenar uma syndicancia extraordinaria a um juiz, é já lançar sobre os seus actos uma grave suspeita que reflecte sobre o seu caracter e o desanimator; inefficaç, porque a grande limitação de poderes dos magistrados syndicançantes, tornando a syndicancia um processo meramente informatorio, faz com que o publico não confie no resultado de taes processos, e não lhes preste o auxilio das suas declarações, sem o qual esse mesmo resultado é inteiramente impossivel.

A syndicancia regular, indo o magistrado encarregado d'ella armado de poderes sufficientes para que o povo possa conhecer e apreciar a sua acção e os effeitos d'ella, evita ambos estes gravissimos inconvenientes.

As syndicancias regulares são também um meio de habilitar o governo a conhecer o estado da justiça, e escolher o pessoal a quem essas nobres funções devem ser confiadas. Se nos diversos ramos de administração publica o systema de inspecções é aconselhado como condição indispensavel de bom governo, como não deixaria de o ser no mais importante ponto da administração?

É debaixo d'esta consideração que é exigido para o despacho para a magistratura ter respondido pelo menos a uma syndicancia, e ter n'ella ficado habilitado para continuar na carreira judicial. Como as syndicancias abrangem todos os funcionarios de justiça, é facil ver que ellas habilitam o governo por um modo regular e certo, para conhecer a exactidão com que é feito todo o serviço judicial, e poder corrigir as faltas que n'elle se encontrarem.

Mas para estabelecer este serviço, que reputo da maior importancia, e para o do julgamento por assentadas, é indispensavel augmentar o pessoal nos tribunaes, creando mais uma secção em cada tribunal de segunda instancia de Lisboa e Porto.

No supremo tribunal de justiça era desde ha muito reclamada esta medida para a regularidade do serviço e ate já em outra legislatura foi apresentada uma proposta sobre este objecto, que assim se torna hoje duplicadamente recommendado.

Em compensação porém do augmento de despesa que exige a criação de novas secções nos tribunaes a que me referi; proponho a extincção da relação dos Açores, e do tribunal commercial de segunda instancia, que figuram no orçamento de despesa, a primeira em 13:460,000 réis, e o segundo em 6:550,000 réis, sendo os magistrados d'aquelles tribunaes collocados nos tribunaes civis de segunda instancia, como lhes compete.

A facilidade das communições regulares que hoje existe entre a metropole e o archipelago dos Açores, habilitam-me a propor-vos a primeira d'estas economias, sem que por isso soffra o serviço. Pelo contrario é de esperar que melhora, porque não poucas vezes têm aquellos tribunaes estado sem funcionar durante muitos mezes por falta de juizes desimpedidos para os julgamentos, o que já em diferentes epochas tem feito pensar na sua extincção, e nomeadamente na legislatura de 1841, em que para este fim foi apresentada uma proposta de lei.

Com relação ao tribunal commercial de segunda instancia, não tendo por um lado um movimento de serviço que justifique a sua conservação, por outro lado mais de uma vez tem resultado serios embargos da pequenez do numero dos juizes de que é composto. Estas razões fizeram com que já em 1841 fosse apresentada ás camaras legislativas uma proposta para a sua extincção.

Pelo systema que vos proponho parece-me que ficará organizada de uma maneira regular a administração da justiça em todo o paiz, vantagem que de certo compensa os sacrificios pedidos.

A despesa feita com a boa administração de jus-

tiça é o capital que recebe mais productiva applicação. Os juros d'esse capital recebem-se a cada momento a sociedade em boa ordem publica, e em segurança para a existencia, para a propriedade e para a industria de todos os seus membros.

II

A lei penal seria inutil se não fosse acompanhada dos meios praticos de a applicar com certeza e com energia. Se por um lado é necessario estabelecer os verdadeiros principios em que assenta a punição dos crimes; por outro cumpre determinar os meios praticos de a tornar efectiva, garantindo os meios da acção malfica d'aquelles que procuram perturba-la. O aperfeiçoamento da lei penal não se completa sem o aperfeiçoamento da lei do processo, e das instituições com que tem de funcionar.

As instituições civis dos povos, succedendo-se de periodos em periodos, têm concorrido pelo seu progressivo aperfeiçoamento para o estado que reconhecemos agora, e que é um elo na grande cadeia do desenvolvimento indefinido da sociedade. N'esta vasta serie cada periodo tem pago o seu tributo para a grande obra do aperfeiçoamento das instituições que mais vezes são filhas dos costumes e da indole dos povos, do que determinam esses costumes e modificam essa indole.

O que digo das instituições sociais em geral, encontra-se confirmado na historia do processo criminal.

Da luta entre os diversos interesses, que agitam as sociedades, têm surgido successivamente factos que a pouco o pouco se têm convertido em principios. A legislação inventa, mas é acompanhando o movimento das idéas e dos costumes, aceitando o legado de cada geração, e convertendo-o em regra geral. As legislações grega e romana estabeleceram quatro grandes principios: o direito de accusação, o processo oral, a publicidade dos debates, e o julgamento por jurados.

As constituições dos imperadores instituíram as appellações; traçaram os primeiros esboços do processo escripto; e fizeram as primeiras experiencias dos juizes permanentes. A legislação germanica, e a feudal, que d'ella nasceu, resuscitaram ou mantiveram, reformando-as e modificando-as, as regras fundamentais do processo grego e romano. O direito canonico no seculo XII creou o processo escripto e secreto, de que no seculo XIII passou a justiça secular, adicionando-o com as appellações herdadas da legislação imperial. Das lutas da monarchia e do feudalismo, no seculo XIV, nasceu a instituição do ministerio publico. A reacção do seculo XV generalizou o processo secreto e informatorio; produziu a repetição dos depoimentos e a acção de testemunhas; e creou os juizes permanentes. Os seculos XVI e XVII não fizeram mais do que destruir o passado, e reagir contra os principios de liberdade representados nas garantias concedidas ao accusado nas formas do processo criminal. O seculo XVIII finalmente, operando uma nova reacção contra a reacção precedente, comprehendeu em vista synthese a herança de garantias que cada seculo tinha legado até ali. Ao nosso pertence collocar, definir e organizar melhor os elementos que o seculo passado nos legou; e entre os quaes occupa um lugar importantissimo a instituição do jury que a acção da civilização britannica não conseguiu generalizar, mas que a revolução franceza levantou do pó dos seculos, e plantou no centro do continente europen.

As idéas que predominaram na França generalisaram-se depois aos paizes, que successivamente foram recebendo as instituições livres, e n'estes têm vigorado.

Em Portugal o systema do jury foi instituido pela carta constitucional, e organizado pelo titulo 4.º do decreto de 16 de maio de 1832.

A forma do julgamento criminal soffreu então uma mudança fundamental. Não obstante porém a grande revolução que experimentou o nosso direito penal, e a forma de o applicar, ainda assim foram conservados muitos dos defeitos do systema que decahiu; ao mesmo tempo que o novo estava muito longe de ser perfeito. As successivas reformas por diferentes vezes emprehendidas não atacaram o mal, o julgamento, especialmente dos crimes graves, ficou sempre com poucas garantias de severidade e de rapidez. Por uma parte a larga duração dos processos, e as facilidades que a lei presta á sua annullação; por outra os defeitos graves que se notam na organização do nosso jury; têm feito com que a administração da justiça, especialmente n'este ramo, não dê á sociedade as sufficientes garantias de promptidão, e de certeza da punição dos criminosos. Estes dois males têm-se generalizado largamente, e é doloroso confessar que a impunidade muitas vezes predomina, mesmo apesar dos esforços do poder judicial, e sem que o poder executivo tenha força para a repressão do crime. Em meu entender o jury organizado como está não dá as sufficientes garantias para a certeza da punição; nem as dá também a forma do julgamento pela moralidade dos processos, e pela pouca força que em relação aos crimes graves resulta aos juizes da circumstancia de serem juizes singulares. A reforma pois do julgamento criminal, e a reforma do jury, que são duas condições indispensaveis para a boa administração da justiça, formam as bases da proposta que sobre este objecto tenho a honra de vos apresentar.

As vantagens que devem resultar de estabelecer-se entre nós o systema de julgamento por assentadas constituídas por um tribunal de tres juizes, sendo um d'elles de segunda instancia, fazem sentir-se não só reconhecendo os seus uteis resultados nos paizes que o tem posto em pratica, mas principalmente remontando á apreciação das suas causas determinativas.

A certeza da punição mais do que a intimidação, é que previnem os crimes. N'este sentido o julgamento em tribunal mais qualificado, com um jury qualificado também, e tirado de uma maior area, e das classes que, pela sua fortuna, e habilitações litterarias, dão á sociedade mais garantias de incorruptibilidade e illustração, apresenta na sua mais larga applicação todas as probabilidades de que carecem a execução da lei penal, e a absolvição da innocencia, ou o castigo do crime.

Ao mesmo tempo o processo torna-se muito mais rapido, em proveito dos accusados, e da boa administração da justiça.

Na reforma do jury não seguiu o systema da eleição em dois graus, que tem sido adoptado em alguns paizes modernamente; preferi antes designar categorias baseadas no principio das habilitações, e no censo de propriedade mais elevado. Não é de presumir que n'um circulo, composto de tres comarcas, um jury tirado de entre os maiores contribuintes, e de entre os homens habilitados, não dê sufficientes garantias para a boa e conscienciosa decisão dos factos que lhe forem submettidos.

Sem impugnar o systema de eleição a que primeiro me referi, e que entendo que resolve a questão do jury, porque abandona o systema das presumpções legaes, acredito que o systema que vos proponho, sendo o aperfeiçoamento do já existente, terá menos difficuldades de execução, que de certo se encontram na frequente repetição do acto eleitoral, e satisfará ao fim do jury: a independencia, a justiça, e o discernimento.

III

Organisar um systema de habilitações para a ad-

missão aos cargos de justiça é um dos pontos mais importantes que ha a melhorar no nosso serviço judicial. Pelo decreto de 20 de setembro de 1849 consignou-se o principio do concurso para o provimento d'estes logares, e posteriormente tem sido diverso o systema seguido para o provimento dos logares do ministerio publico, e o adoptado para os outros cargos judiciaes.

O provimento na escala da magistratura judicial foi regulado pela lei de 21 de julho de 1855, e por isso não me occuparei d'este objecto.

Mas o provimento para os cargos do ministerio publico, e para os de juizes de primeira instancia, é foizoso confessar que se acha estabelecido por uma forma summamente irregular.

Para os primeiros exige-se: a habilitação official de formatura na faculdade do direito, as informações da universidade acerca do aproveitamento litterario, e attestation do exercicio do foro como advogado por espaço de dois annos.

Dadas estas condições nenhuma outra é estabelecida pela qual se cogite de apreciar o merito relativo dos concorrentes. D'esta deficiência resulta que mais de uma vez tenham entrado para o serviço publico os menos aptos, com preterição do verdadeiro merecimento, que não teve modo por que podesse fazer-se reconhecer.

Para obviar a este inconveniente, tenho a honra de vos apresentar as providencias que mais adequadas me pareceram para habilitar o governo a reconhecer o verdadeiro merecimento dos concorrentes.

Assim proponho o systema das provas oraes e por escripto perante um jury competente e qualificado, que deverá fazer a confrontação do merecimento por categorias, ficando ao governo a livre escolha de entre todos os reputados dignos, a fim de que possa ter em contemplação outras quaesquer habilitações para o bom serviço, que não podem entrar na apreciação do jury, a quem unicamente é submettida a comparação dos diferentes merecimentos scientificos.

Mas se a magistratura do ministerio publico é tão importante, como as suas funções o demonstram, é também certo que as garantias que as leis lhe dão não correspondem á importante missão que lhe é incumbida, e á natureza d'essa missão.

Não tratarei agora de remontar até ás instituições que serviram de germen á magistratura do ministerio publico. Direi apenas que, dar a uma instituição o direito de representar a sociedade perante os tribunaes; encarregar-lhe a accusação e perseguição dos crimes, a defesa da propriedade nacional, a protecção official de todos aquellos que a sociedade reputa na impossibilidade de promover os seus interesses e defender os seus direitos; é uma concepção tão vasta, que não podia desenvolver-se nas sociedades senão gradualmente.

Ao passo que as instituições se aperfeiçoaram foram sendo reconhecidas successivamente as diversas necessidades de administração a que novas instituições vieram satisfazer. Assim os romanos proveram a administração e defesa do thesouro pelos questores; á protecção dos incapazes pelos tutores e curadores; á perseguição dos crimes pela accusação popular.

Similantemente entre os povos que succederam aos romanos, na representação do poder se encontram instituições analogas; mas o verdadeiro estabelecimento do ministerio publico data, como disse em outro logar, dos dias em que a administração da justiça se destacou do poder feudal, e que a magistratura judicial se tornou permanente. Foi então que os procuradores do rei serviram para manter a regularidade nascentes das novas instituições, ao mesmo tempo que na luta empenhada entre a monarchia e o feudalismo sustentavam a preponderancia da coroa nos tribunaes, e defendiam os seus direitos contra as tentativas dos grandes senhores, e as pretensões algumas vezes arroçadas do clero.

Ampliando a esphera da sua acção, o ministerio publico tornou-se o protector do fraco e do opprimido, e o accusador legal dos criminosos; e depois, quando a luta entre o feudalismo e a monarchia acabou com a destruição do poder feudal, só estas funções lhe restaram; funções augustas, grandes e generosas, que fazem do ministerio publico um verdadeiro sacerdotio. O ministerio publico é, como disse um grande jurisconsulto e legislador, «o orgão da lei, o regulador da jurisprudencia, o capio consolador da fraqueza, o accusador terrivel dos maus, a salvaguarda do interesse publico contra pretensões sempre renascentes do interesse particular; e, finalmente, uma especie de representante de todo o corpo social.»

Partindo da natureza da sua instituição, duas opi-

nões se debatem acerca das garantias de estabilidade que seja necessario conceder-lhe.

Considerando que o ministerio publico representa a acção da sociedade pelo governo; que o seu exercicio como um mandato do governo deve ser revogavel á vontade d'este, constituindo por isso a sua independencia, não em poder contrariar a autoridade committente, mas em demittir-se do seu cargo, entendem uns que a sua amovibilidade é uma das condições essenciaes da instituição.

Considerando o ministerio publico como uma parte integrante da ordem judicial, entendem outros que elle deve ser inamovivel, como o são os funcionarios a quem por lei incumbem o julgamento. Acrescentam ainda que o mandato provém da lei, e a faculdade da sua cassação é restricta para quando esta for violada, e não quando a vontade arbitraria do poder o quizer.

Sem debater estes dois pontos aliás importantes, optei na proposta, que tenho a honra de vos submeter, por um systema intermedio, que, segundo creio, previne os defeitos d'aquelles dois extremos.

Efectivamente, garantir a collocação dos representantes do ministerio publico a ponto de os tornar inamoviveis, tem os perigos ha pouco ponderados. A experiencia tem feito ver entre nós quanto é difficil fazer proseguir com rigor os processos contra os funcionarios que têm garantida a inamovibilidade dos seus logares. Dentro em pouco a independencia dos logares communicar-se ás pessoas, e o poder do estado, cuja independencia consistia sómente na escolha livre e inquestionavel dos meios de obrar, pretende constituir-se, alem de independente, inviolavel; quando não se arroja a pretender dominar os outros poderes.

Por outra parte, sujeitar a collocação de empregados, não de confiança politica, mas sim de confiança de funcionalismo, aos caprichos de um governo, que os possa demittir a seu bel-prazer, é um alvitre que tem povoad o nosso paiz de victimas, com grave prejuizo do serviço publico, e cujos funestos resultados ainda hoje se estão experimentando. É meu intento atallar de futuro a similhanças inconvenientes, e para o conseguir julguei como mais adoptavel systema, determinar as causas restrictas de demissão, exigir a audiencia previa dos funcionarios arguidos, reconhecendo assim o direito imprescriptivel de legitima defesa; e deixar a decisão suprema ao governo, sujeito á responsabilidade legal perante o parlamento, e moral perante o paiz, relativamente á apreciação dos factos que serviram de base ao seu procedimento. Este systema dá força ao governo para punir os crimes, e as faltas; e dá garantias aos funcionarios, que seguirem a vereda da honra e do dever.

IV

Uma das grandes difficuldades que até hoje tem

encontrado no nosso paiz a administração da justiça é a grande subdivisão e multiplicidade de jurisdições, principalmente de primeira instancia.

Se a este elemento de má administração juntarmos o grande numero de pessoas empregadas em tal multiplicidade de tribunaes, as quaes, bem ou mal, é foizoso que subsistam do emprego que têm; se a isto acrescentarmos ainda a grande desproporção que ha entre as habilitações da maior parte de taes julgadores, e a importancia das funções que lhes estão confiadas, e dos interesses que se ventillam nos tribunaes a que elles presidem, faremos da administração da justiça no nosso paiz uma idéa pouco favoravel, a que infelizmente os factos nem sempre ousam dar um desmentido.

É para obviar a estes inconvenientes que vos proponho a extincção dos juizes ordinarios e eleitos, concentrando-se nas mãos dos juizes de paz as funções menos importantes d'estas duas magistraturas; funções que não exigem mais habilitações do que aquellas que ordinariamente se encontram na classe de que estes juizes são tirados; e que transportadas para os juizes de direito sobrecarregariam muito o serviço nas comarcas, e obrigariam os povos a grandes sacrificios.

A extincção dos juizes ordinarios, reputados como uma magistratura incompetivel com a carta constitucional, foi ordenada pelo decreto de 29 de novembro de 1830.

Restabelecidos porém pouco depois, de direito, porque de facto nunca chegou a operar-se a sua extincção, têm subsistido até hoje, apesar das repetidas queixas dos povos, e da animadversão publica em que têm cahido.

É minha convicção que com a medida que sobre este objecto tenho a honra de vos propor lucraria sensivelmente a simplicidade e facilidade da administração da justiça, bem como a segurança dos direitos que em juizes mais competentemente habilitados encontrarão mais solidas garantias.

V

Apresento-vos também outra proposta para extincção das multas judiciaes, e dos emolumentos dos juizes e agentes do ministerio publico, sentindo que difficuldades que sómente de vagar se podem vencer não me permitam tornar extensiva esta medida a todos os funcionarios judiciaes.

As multas judiciaes revestem o duplicado caracter de imposto e de pena, e debaixo de qualquer d'estas formas são inconvenientes e immorales. Como imposto, porque é lançado onde não ha materia tributavel; e longe de recabar sobre um lucro, recabe sobre uma perda; como pena, porque em haver-se enganado, ou sido illudido sobre a existencia de um facto, ou na apreciação de um direito, ninguém poderá descobrir um só elemento de criminalidade. Se houve erro e imprudencia, basta para castigo a perda que o condemnado soffreu, e a inutilidade das despesas que fez.

Em quanto aos emolumentos de juizes e funcionarios do ministerio publico, dizia já Monsinhão da Silveira em 1832 «que arruinavam o melhor caracter primitivo» e em seguida levou a effeito a sua extincção pelo decreto de 16 de maio de 1832, que n'esta parte foi dentro em pouco revogado. Ainda hoje não vos darei outra razão senão esta corroborada com o facto, infelizmente algumas vezes praticado, da multiplicação dos termos e formulas do processo, para multiplicar o quantitativo dos emolumentos que d'ali resultam. É não se diga que os emolumentos são o unico meio de obrigar os juizes a trabalhar e a administrar justiça. Por honra do meu paiz e da nossa magistratura não quero, nem posso acreditar-lhe. A consciencia do dever, o amor do seu bom nome, e até mesmo o receio de uma syndicancia de que pôde resultar a sua inhabilitação na carreira que segue, não bastarão para obrigar o magistrado a cumprir o seu dever de administrar justiça? Será necessario para que haja bons juizes que se lhes torne amavel o dever com a promessa de alguns reaes pelo seu cumprimento? Se assim fosse seriamos uma nação morta.

O desinteresse com que deve ser exercida a nobre missão de julgar não deixa pôr em duvida a conveniencia de a separar das idéas de interesse, ainda o mais lieito.

Com a proposta que vos apresento creio satisfazer a este elevado fim, satisfazendo ao mesmo tempo a outro não menos importante para a boa administração da justiça, que é a igual distribuição de vencimentos para os juizes dentro de cada uma das classes; d'onde resulta que a transferencia de umas para outras comarcas deixa de ser um favor, ou um castigo, para se tornar n'aquillo que realmente deve ser; um acto regular de administração.

VI

Outro objecto não menos importante é a necessidade de fixar as habilitações necessarias para o desempenho dos logares inferiores de justiça.

Alguns annos se fez com o decreto de 20 de setembro de 1849, que estabeleceram a necessidade do concurso para o provimento de taes logares. Desenvolver as razões de conveniencia d'este objecto seria repetir o que já em outros pontos fca dito. Na proposta que a este respeito tenho a honra de vos apresentar tive em vista crear n'esta ordem de serviço judicial uma escala que, servindo de incentivo para o bom serviço dos funcionarios que d'esse modo quizerem ter direito ao seu adiantamento, dê ao mesmo tempo uma garantia segura de que as funções mais importantes e melindrosas serão desempenhadas por empregados a todos os respeitos dignos de as exercer.

É minha convicção também que desde o momento em que das medidas combinadas das habilitações, concursos e syndicancias, resultar possiirmos um pessoal de empregados judiciaes mais regular do que aquelle que temos presentemente, e que força é confessar que, exceptuando um certo numero de individuos muito intelligentes e muito respeitaveis, não está ainda em grande parte ao nivel das funções que exerce; é minha convicção, repito, que então será conveniente que a conservação d'estes logares seja rodeada de mais garantias do que aquellas que têm actualmente, as quaes contudo pela força dos costumes são hoje bem maiores do que o eram em epochas não muito remotas.

VII

Na ordem da administração a autoridade deve interferir officiosamente todas as vezes que as conveniencias publicas o exijam, ou que o direito dos particulares o reclame. E d'este modo que a justiça effectivamente se torna de todos e para todos.

Na perseguição dos crimes a acção é sempre publica por sua natureza, embora as conveniencias da sociedade não permitam em alguns casos a sua apresentação officiosa em juizo. Cumpre-se por este modo um dever social para a manutenção da ordem, e satisfação da justiça, e presta-se auxilio e defesa aos direitos dos cidadãos de de per si não tiveram força sufficiente para em juizo os sustentar.

Este principio de ordem deve generalizar-se á defesa dos direitos civis, quando os sujeitos d'elles, não estando habilitados para promover os, vêm reclamar o auxilio da sociedade. Completa-se assim o grande principio de que a sociedade deve protecção e auxilio a todos os seus membros, quando a sua personalidade for atacada directa ou indirectamente, e quando os seus direitos são contestados.

Mas não é unicamente debaixo d'esto ponto de vista todo theorico, que se faz conhecer a conveniencia de estabelecer na lei civil o principio da assistencia civil officiosa, todas as vezes que os individuos, demonstrando a existencia do seu direito, pro-

§ unico. No caso de segundo julgamento em razão de, no primeiro, ter sido declarada iníqua a decisão do jury, não poderá intervir jurado algum d'aquelles que tomarem parte no primeiro julgamento.

TITULO II

Da competência do tribunal de assentada

Art. 77.º Aos tribunales de assentada pertence o julgamento de todos os crimes a que pelo código penal for applicada a pena de tres annos de prisão ou mais, ou alguma outra especie de pena correspondente a esta em graduação.

Art. 78.º O despacho de pronuncia deverá declarar sempre o maximo da pena applicavel ao crime, e por elle se regulará a competência do tribunal para o julgamento.

Art. 79.º Quando em julgamento ordinario o tribunal julgar provada a existencia do crime que pela lei penal deva ter tal pena, que só pelo tribunal de assentada deva ser imposta nos termos d'esta lei, o juiz sobrestará na sentença, e mandará remetter o processo ao tribunal de assentada para ali ser julgado.

Art. 80.º Quando em julgamento de assentada o jury declarar provados factos aos quaes deva pertencer pena inferior áquella em que por esta lei é fixada a sua competência, o tribunal tomará conhecimento do crime, e o julgará, como de sua competência.

§ unico. Outro tanto farão os tribunales ordinarios, todas as vezes que o jury der como provado sómente crime, a que por lei corresponda pena, que aliás devesse ser imposta em juizo correccional.

Art. 81.º Das decisões do tribunal de assentada não haverá nenhum outro recurso, senão o de revista, interposto pela forma estabelecida na legislação em vigor.

Art. 82.º É da attribuição pessoal do presidente do tribunal de assentada:

1.º Dirigir as operações da constituição do jury;
2.º Dirigir os jurados no exercicio das suas funções, esclarecendo-os sobre o modo de as exercer, e respondendo ao que por elles lhes for perguntado sobre tal objecto;

3.º Presidir á assentada, dirigindo a ordem dos debates;

4.º Fazer ao jury a exposição do facto;

5.º Dirigir a policia do tribunal, e fazer manter a ordem.

Art. 83.º O presidente do tribunal é alem d'isso, investido do poder de, por sua propria deliberação, de per si, ou a requerimento feito por parte da accusação ou da defesa, ordenar todos os actos que julgar necessários para o descobrimento da verdade, cuja manifestação a lei lhe encarrega como seu principal dever de honra e de consciencia.

Art. 84.º Nas attribuições, de que trata o artigo antecedente, é expressamente comprehendida a de fazer citar perante o tribunal todas as pessoas, e fazer ler todos os documentos que segundo o desenvolvimento dado á discussão pelas partes, pelo ministerio publico ou pelas testemunhas, possam esclarecer a verdade.

Art. 85.º Ao presidente pertence igualmente prohibir todos os actos que, não sendo especialmente prescritos nas leis de processo, tiverem por effeito prolongar a discussão, sem utilidade para o descobrimento da verdade.

§ unico. Não poderá porém tirar a palavra ás testemunhas e aos advogados, senão nos casos prescritos nas leis.

Art. 86.º Ao presidente e adjuntos do tribunal em commun pertence:

1.º Decidir qualquer questão que se apresentar sobre objecto relativo á causa que se discutir, não versando sobre algum dos que exclusivamente pertencem ás attribuições pessoais do presidente;

2.º Julgar, sobre a decisão do jury, qual a pena que deve ser applicada aos réus, ou pronunciar a sua absolvição;

3.º Declarar iníqua a decisão do jury, e mandar proceder a novo julgamento, nos casos prescritos nas leis.

Art. 87.º Ao relator pertence fazer, depois de proferida a decisão do jury, e ouvidos os advogados sobre a applicação da pena, um breve relatório expondo a legislação applicavel ao facto, e concluindo pela proposta da pena que entender que deva ser imposta.

Art. 88.º Ao jury pertence decidir se os factos que nos quesitos são submettidos á sua deliberação se acham ou não provados.

Art. 89.º Ao ministerio publico pertence perante os tribunales de assentada:

1.º Requerer e fiscalisar o cumprimento e observancia da lei;

2.º Fazer a accusação dos crimes com a mais exacta imparcialidade;

3.º Desistir, sob sua responsabilidade, da accusação quando conhecer que ella é evidentemente injusta;

4.º Requerer todos os actos que julgar necessários para o descobrimento da verdade;

5.º Fazer sanar as nullidades sanáveis do processo, ou requerer a sua annullação e reforma quando forem insanáveis;

6.º Interpor o recurso de revista todas as vezes que dever ter lugar;

7.º Promover a execução da sentença logo que ella transitar em julgado.

Art. 90.º Aos juizes, jurados, ministerio publico, e empregados judiciaes inferiores, ficam pertencendo as mesmas attribuições e deveres que pela legislação em vigor lhes pertencem nos julgamentos ordinarios, em tudo que for compativel com o que na presente lei se acha determinado.

TITULO III

Da ordem e tempo dos julgamentos por assentada

Art. 91.º O dia para a abertura das assentadas em cada circulo será designado pela relação do districto a que o circulo pertencer; o que será publicado na folha official do governo, em algum jornal da localidade, havendo-o, e por edital á porta dos tribunales das comarcas que constituirão o circulo.

Art. 92.º Os processos que chegarem á séde da assentada depois da sua abertura não poderão ser julgados n'ella, salvo se as partes o requererem, ou n'isso consentirem, com assentimento do ministerio publico, e precedendo despacho do presidente do tribunal, que com os juizes adjuntos deliberarão sobre a conveniencia da concessão.

§ unico. A contravenção a qualquer das disposições d'este artigo produz nullidade insanavel no julgamento.

Art. 93.º As assentadas são ordinarias, ou extraordinarias.

§ 1.º As assentadas ordinarias têm logar duas vezes em cada anno, sendo uma no semestre que decorre desde o mez de janeiro até ao mez de junho, e outra no que decorre d'ahi até ao mez de dezembro.

§ 2.º As assentadas extraordinarias em qualquer circulo terão logar todas as vezes que algum caso ou circumstancia grave o exigir, precedendo deliberação affirmativa da respectiva relação.

Art. 94.º O tribunal de assentada terá a sua séde em qualquer povoação do circulo, designada pelo governo, tendo em attenção a importancia da terra, as commodidades que offerecer aos jurados e povos do circulo, devendo sempre que possa ser inconveniente ser uma das capitães das comarcas que compõem o circulo.

Art. 95.º A duração das assentadas será determinada pelo numero das causas que houver a julgar; não podendo encerrar-se ou suspender-se sem que todas tenham sido julgadas.

§ unico. Occorrendo alguma circumstancia extraordinaria que no entender do presidente deva fazer suspender a assentada, assim o representará ao presidente da relação respectiva. A relação deliberará sobre a conveniencia da suspensão, e autorizará a fixar o tempo que ella ha de durar.

Art. 96.º No processo e discussão das causas observar-se-ha o que se acha prescripto nas leis em vigor para os julgamentos ordinarios, em tudo o que não for contrario ao que é disposto na presente lei.

Art. 97.º Em todas as sessões da assentada, constituido o tribunal á hora fixada pela lei, se fará uma chamada dos jurados, notando-se a falta d'aquelles que não responderem á chamada, sem terem nota de doentes ou licenciados.

§ 1.º As notas de doença ou de licença serão lançadas na lista dos jurados por deliberação do presidente e adjuntos, á vista de certidões ou attestados de molestia ou de licença em forma regular, que serão numerados, rubricados, emmassados e guardados pelo presidente, declarando-se na nota de doença o numero do respectivo attestado.

§ 2.º O agente do ministerio publico fará proceder ás diligencias necessárias para verificar a verdade da molestia attestada; e quando venha no conhecimento de alguma falsidade, procederá contra os culpados na forma das leis.

§ 3.º Os attestados de molestia declararão sempre, sem o que não serão attendidos, a natureza da molestia, e se ella impossibilita o jurado de exercer as suas funções.

§ 4.º O agente do ministerio publico poderá requerer, todas as vezes que o julgar conveniente, um exame de sanidade no jurado que tiver remetido attestado de molestia.

§ 5.º O jurado que se der como doente, não o estando, ou como affectado de molestia que o impeça de exercer as suas funções, não sendo ella d'essa natureza, ou se subtrair ao exame de sanidade de que falla o § 4.º d'este artigo, será punido com as mesmas penas que por esta lei são impostas aos jurados que faltarem, alem de qualquer outro procedimento que, em vista do código penal, deva haver contra elle.

§ 6.º Nos casos do paragraho antecedente a imposição das penas será feita, a requerimento do ministerio publico, pelo presidente e adjuntos, em processo summario, com audiencia do jurado accusado, que para esse fim será citado pessoalmente ou por editos de oito dias no caso de ausencia.

Art. 98.º Os jurados que, não tendo respondido á chamada, comparecerem antes do fim do sorteio, poderão ser relevados da falta, mas serão admoestados pelo presidente do tribunal.

Art. 99.º As licenças por qualquer tempo poderão ser concedidas sómente pela relação respectiva, em virtude de requerimento, no qual o interessado exporá o motivo para a concessão da licença, e com audiencia do procurador regio junto da mesma relação.

Art. 100.º Concluido o julgamento de cada causa, se durante elle não tiver sido apresentado por parte dos jurados notados de falta attestado de molestia, ou allegado motivo de falta maior que o relevo da falta, não estando licenciados, o presidente e adjuntos, a requerimento do ministerio publico, lhes importará a multa de 10\$000 a 50\$000 réis por cada vez que faltarem.

§ 1.º Esta decisão constará da acta da assembléa, e será executada sem outro recurso mais do que o de embargos, deduzidos e provados com assistencia do ministerio publico, dentro de tres dias, a contar da data da intimação que d'ella se fizer ao multado, e julgados pelo presidente e adjuntos no fim da primeira sessão immediata á prova.

§ 2.º Estes embargos só poderão versar sobre factos que estabeleçam a impossibilidade absoluta, ou relativa, por motivos graves, que o jurado tivesse para não comparecer.

Art. 101.º O procedimento de que tratam os artigos antecedentes só poderá ter logar para com os jurados que tiverem sido previamente intimados.

Art. 102.º A mudança do domicilio para fóra do circulo em que tiver sido recensado dispensa o jurado de todo o serviço.

Art. 103.º As recusadas poderão ser feitas sem numero certo, por parte da accusação e da defesa.

Art. 104.º As recusadas serão motivadas verbalmente, e só poderão fundar-se em facto que constitua o recusado em estado de suspeição com relação á causa que se discute.

Art. 105.º O motivo da recusa será apreciado pelo presidente e adjuntos; e sendo julgado improcedente será a recusa considerada sem effeito, ainda que o recusado a aceite.

§ 1.º Se o motivo da recusa for julgado procedente, será proposto ao recusado, que, aceitando a recusa, será substituido.

§ 2.º Se o recusado contestar a recusa, o presidente ouvirá a exposição breve das provas dos motivos d'ella, feita pelo recusante; e da contestação da recusa feita pelo recusado; e deferindo juramento a um e outro sobre a verdade do que allegarem, decidirá em commun com os adjuntos se admittem ou rejeitam a recusa.

§ 3.º Sendo a recusa feita pelo procurador de alguma das partes, o juramento será deferido ás proprias partes, estando presentes, e não o estando aos seus procuradores que tiverem na procuração especiaes poderes para o prestar. Ao ministerio publico não se deferirá juramento.

§ 4.º A admissão ou rejeição da recusa será sempre decidida contra a parte ou jurado que se recusar a prestar juramento, ou cujo procurador não tiver poderes para o prestar. Se estes factos se derem por ambas as partes, a admissão ou rejeição será feita segundo a procedencia das razões deduzidas.

Art. 106.º De todos estes factos se fará menção na acta do julgamento.

TITULO IV

Da organização do jury para o julgamento das assentadas

Art. 107.º Ao recensamento dos jurados será applicavel a lei de 21 de julho de 1855, e mais legislação correspondente, em tudo o que não for contrario ao que na presente lei se acha disposto.

Art. 108.º Feito o recensamento geral dos individuos que se acharem nas circumstancias de ser jurados, será a lista dos recensados affixada nos logares publicos e do costume, para que as pessoas que se considerarem indevidamente incluídas ou excluídas possam, dentro do prazo de quinze dias, apresentar as suas reclamações perante a mesma commissão.

§ 1.º Não são admittidas reclamações:

1.º Que não forem acompanhadas dos documentos que comprovem os seus fundamentos.

2.º Que não forem apresentadas dentro do prazo legal.

Art. 109.º Findo o prazo fixado para a apresentação das reclamações, a commissão passará a informar sobre cada uma d'ellas; e findo este processo de informação, que não poderá levar mais de oito dias, a contar d'aquella epocha, as remetterá para o conselho do districto para serem decididas.

§ 1.º D'esta decisão haverá recurso para o conselho d'estado.

§ 2.º A interposição d'este recurso não suspen-

derá o processo do recensamento com relação aos recorrenes.

§ 3.º Sendo alguma d'aquellas reclamações attendida pelo conselho de districto, d'esse facto se fará declaração no livro competente.

Art. 110.º Dos individuos que não reclamaram, e d'aquelles cujas reclamações não foram attendidas pelo conselho de districto, far-se-ha uma lista definitiva, composta:

1.º Dos trinta e dois individuos que tiverem maior censo;

2.º De todos os individuos que tiverem as habilitações que isentam da prova do censo.

§ unico. D'esta lista se extrahirão, por meio do sorteio, trinta e dois nomes, que formarão a lista definitiva dos jurados.

Art. 111.º Nas comarcas, compostas de um só concelho, será esta lista remetida ao juiz de direito respectivo.

Art. 112.º Nas comarcas, compostas de mais de um concelho, será a lista de que faz menção o § unico do artigo 110.º, remetida á commissão de recensamento do concelho em que for situada a cabeça da comarca. Para os effeitos considera-se commissão de recensamento da cabeça da comarca, na cidade de Lisboa, a do bairro do Rocio; e na do Porto, a do bairro de Santo Ovidio.

§ 1.º Reunidas todas estas listas, e a do concelho da situação da cabeça da comarca, a respectiva commissão de recensamento formará uma lista geral de todos os nomes contidos n'essas listas parciais.

§ 2.º D'essa lista geral são extrahidos, por meio de sorteamento, trinta e dois nomes, que ficarão compoendo a lista definitiva do jury, e será remetida ao respectivo juiz de direito, na forma do artigo 111.º Em Lisboa e Porto será a lista remetida aos juizes dos districtos criminaes respectivos.

Art. 113.º Os juizes de direito das comarcas, que não forem capital do circulo de assentada, remetterão estas listas ao d'essa comarca.

Art. 114.º Dos nomes que compõem estas listas, extrahidos á sorte, serão compostos dois turnos de jurados, sendo um para cada semestre.

§ 1.º O turno do primeiro semestre será composto dos dezesete nomes pertencentes a cada lista, que primeiro forem extrahidos. Os restantes comporão o segundo turno.

§ 2.º Esta operação terá logar no primeiro domingo do mez de julho de cada anno, com assistencia do respectivo juiz de direito e delegado, ao qual compete fiscalisar a observancia da lei.

§ 3.º Nas comarcas de Lisboa e Porto assistirão um dos juizes dos districtos criminaes, e um dos delegados a quem tocar por turno; para os primeiros pelo presidente da respectiva relação, e para os segundos pelo competente procurador regio.

PARTE III

TITULO UNICO

Da extinção dos juizes ordinarios e eleitos, e reforma dos juizes de paz

Art. 115.º São extinctos os juizes ordinarios e eleitos em todo o continente do reino e ilhas adjacentes.

Art. 116.º Fica o governo auctorizado para crear de novo, até ao numero de dez, as comarcas que, pela supressão dos juizes ordinarios, se mostrarem necessárias; e augmentar o numero dos districtos de paz, segundo a conveniencia do serviço publico.

Art. 117.º Ficam sendo da competência dos juizes de direito todas as causas e actos que até aqui eram da competência dos juizes ordinarios, com excepção d'aquelles que, pelo artigo 118.º, passam para os juizes de paz.

Art. 118.º Ficam sendo da competência dos juizes de paz, na área dos respectivos districtos:

1.º Os corpos de delicto, para cuja formação eram competentes os juizes ordinarios e eleitos.

2.º Os embargos ou arrestos.

3.º Os embargos de obra nova.

4.º O cumprimento de ordens e deprecadas de outros juizes de igual ou superior categoria para inquirição de testemunhas ou exames, e intimações de jurados, ou partes litigantes.

5.º O processo e julgamento em todas as causas, cujo valor não exceder 6\$000 réis em bens moveis, e 4\$000 em bens de raiz, com recurso para o juiz de direito respectivo.

6.º Todas as mais attribuições que, pela legislação anterior, pertenciam aos juizes de paz.

7.º As attribuições que pertenciam aos juizes eleitos, alem da que fica declarada no n.º 1.º

§ 1.º As attribuições de que tratam os n.ºs 1.º, 2.º e 3.º são cumulativas com ignaes attribuições do juizo de direito; mas nas cidades ou villas, sedes de comarca, serão os exames sempre feitos pelos juizes de direito, com assistencia do ministerio publico.

§ 2.º As attribuições de que trata o artigo 118.º n.º 4.º, na parte relativa a deprecadas de juizes de igual categoria, e o artigo 5.º, são exclusivamente dos juizes de paz, mesmo na área dos districtos de paz da cabeça da comarca.

§ 3.º Em quanto se não achar em vigor o código do processo civil, serão o processo e emolumentos das causas da competência do juiz de paz regulados pela legislação actual.

Art. 119.º Os juizes de paz farão audiencia ordinaria em todas as quartas feiras de cada semana.

Art. 120.º Nas causas que correrem perante os juizes de paz, em que for interessada a fazenda nacional, será o escrivão da fazenda do concelho, a que o juiz de paz pertencer, o solicitador do processo por parte da fazenda.

Art. 121.º Os escrivões do juizo de paz não poderão praticar acto algum que pertença ao tabelionato; salvo o disposto no artigo 142.º da novissima reforma judicial.

Art. 122.º Na séde de cada um dos julgados, suprimidos pela presente lei, poderá ser creado um logar de tabellião privativo de notas.

PARTE IV

TITULO I

Das habilitações e nomeação dos magistrados do ministerio publico

Art. 123.º Os logares de delegados do procurador regio serão providos por concurso feito na séde da relação, a cujo districto pertencerem os logares a prover.

Art. 124.º Os requerimentos para a admissão a concurso serão sempre acompanhados dos documentos mencionados no decreto de 20 de setembro de 1849, artigo 2.º, com excepção d'aquelle de que trata o § 2.º do mesmo artigo.

Art. 125.º Os requerimentos serão admittidos pelo prazo de trinta dias, a contar do annuncio para este fim publicado na folha official do governo; e, findos elles, será fixada pelo presidente da respectiva relação a epocha do concurso.

§ unico. Para o provimento das delegacias nas ilhas adjacentes o prazo para a admissão de requerimentos será de sessenta dias.

Art. 126.º Os concursos terão logar por exame oral, e por escripto.

Art. 127.º O exame por escripto será o primeiro, e feito no mesmo dia por todos os concorrentes.

Art. 128.º Para estes exames haverá um só ponto, cuja materia poderá ser direito civil, penal, commercial, ou legislação de fazenda, o qual servirá para todos os concorrentes, e será tirado á sorte.

Art. 129.º Os concorrentes terão quatro horas para responder sobre este ponto, dentro das quaes

se conservarão todos em uma sala, podendo consultar a legislação patria e subsidiaria, que lhes será fornecida.

Art. 130.º As respostas escriptas serão, no estado em que se acharem no fim das quatro horas, rubricadas cada uma pelo presidente da relação, e pelos outros concorrentes; depois do que serão lacradas, sem serem lidas, para serem abertas e examinadas pelo jury do concurso.

Art. 131.º Todos estes actos serão praticados debaixo da presidencia e fiscalisação do presidente da relação respectiva; e d'elles lavrará o secretario da presidencia um auto, que será assignado pelo mesmo presidente, e por todos os concorrentes.

Art. 132.º O exame oral principiará necessariamente em um dos oito dias, que se seguirem áquella em que houver tido logar o exame por escripto.

Art. 133.º O exame será publico e vago, e versará sobre principios geraes de direito, e sobre processo.

Art. 134.º O exame será feito perante um jury composto de tres membros, cada um dos quaes poderá fazer a cada um dos concorrentes as perguntas que quizer, durante o tempo de meia hora.

Art. 135.º O jury examinará os concorrentes, e votará sobre o seu merecimento, pela forma estabelecida na presente lei.

Art. 136.º O jury será composto de um juiz da relação respectiva, de um magistrado do ministerio publico superior em exercicio perante a mesma relação, e de um advogado; e presidido pelo presidente da relação respectiva, o qual não terá voto.

§ unico. Nos concursos feitos perante a relação de Lisboa poderá tambem o segundo d'estes examinadores ser o procurador geral da coroa, ou algum dos seus ajudantes.

Art. 137.º O jury será extraído á sorte publicamente na vespera do dia em que dever principiar o concurso por escripto.

§ unico. N'esse acto se formará pelo mesmo modo uma pauta de tres examinadores supplentes, sendo um de cada uma das tres classes mencionadas no artigo 136.º

Art. 138.º Para a extracção do terceiro examinador, e seu supplente, haverá uma pauta de seis advogados escolhidos todos os annos pelo governo, de uma lista duplicada formada pelo procurador geral da coroa.

Art. 139.º Em cada dia não serão examinados mais de tres concorrentes.

Art. 140.º Os advogados examinadores e seus supplentes vencerão, cada um, em cada dia em que assistirem a exames a quantia de 9\$000 réis, a titulo de gratificação.

Art. 141.º O examinador ou supplente, que tendo sido intimado não comparecer, pagará uma multa igual ao vencimento que deveria ter se comparecesse, alem da pena em que, segundo o código penal, incorrer pela desobediencia.

Art. 142.º Findos os exames oraes, no dia immediato, não sendo santificado, terá logar, em sessão publica, a classificação dos concorrentes.

Art. 143.º Nesta sessão, depois de prestado pelos examinadores juramento de decidir segundo a sua consciencia, serão abertas pelo presidente as respostas escriptas, e entregues aos examinadores para estes as verem.

Art. 144.º Feito este exame reunir-se-hão os examinadores em conferencia secreta, e o presidente irá lendo os nomes dos concorrentes por ordem alphabetica; e á proporção que fizer a leitura de cada nome os examinadores conferenciarão acerca d'elle, e procederão á votação nominal sobre o merito dos concorrentes, segundo o artigo 146.º

§ unico. D'esta votação só o resultado numerico poderá ser publicado.

Art. 145.º Segundo o resultado da votação, no qual o vencimento terá logar por pluralidade de votos, será feita a classificação dos concorrentes.

Art. 146.º Esta classificação comprehenderá tres graus.

1.º Muito bom, para os que satisfizerem com distincção ao exame oral e escripto.

2.º Bom, para os que tiverem satisfeito completamente.

3.º Esperado, para os que não chegarem a satisfazer.

Art. 147.º O governo escolherá os delegados, de entre os concorrentes classificados como — muito bons — ou — bons — attendendo, em igualdade de circumstancias, o serviço publico que tiverem prestado, ou outras habilitações litterarias, devidamente comprovados por documentos nos autos de concurso.

Art. 148.º Os concorrentes comprehendidos na qualidade de — esperados — não poderão ser nomeados n'esse concurso, nem admittidos a outro identico, sem que tenham decorrido, pelo menos, seis mezes, a contar do dia em que tiverem obtido essa classificação.

TITULO II

Das transferencias, processo, suspensão e demissão dos magistrados do ministerio publico

Art. 149.º Os delegados do procurador regio, em serviço nas comarcas judiciaes, podem ser transferidos de umas para outras, sem distincção da sua classe, segundo as conveniencias do serviço publico.

Art. 150.º Podem ser igualmente mandados metter em processo, suspensos ou demittidos, por negligencia culposa, erro de officio, ou crime commetido no exercicio das suas funções.

Art. 151.º A negligencia culposa e o erro de officio, pela primeira vez, só podem ser causa de suspensão; e nas seguintes podem ser causa de suspensão e demissão, segundo a sua gravidade.

Art. 152.º Os crimes commetidos pelos agentes do ministerio publico, no exercicio das suas funções, serão sempre causa de demissão.

Art. 153.º A ausencia do logar sem previa licença até oito dias pôde ser causa de suspensão, e por maior prazo será sempre causa de suspensão, e tambem o poderá ser do demissão.

Art. 154.º São sempre causa de demissão os crimes de peita, suborno, peculato, concussão, estelionato, falsidade, moeda falsa, furto, roubo e homicidio.

Art. 155.º Os crimes não mencionados no artigo antecedente são causa de suspensão ou demissão, segundo a sua gravidade.

Art. 156.º A pena de suspensão ou demissão pôde ser imposta pelo governo, quando julgar sufficientemente provados os factos que a ella deram logar; mas nunca sem previa audiencia do funcionario a quem houver de a impor.

Art. 177.º Da somma ordenada no artigo 175.º são exceptuadas as comarcas e districtos criminaes de Lisboa e Porto, nas quaes para o apuramento medio se observarão as regras seguintes:

§ 1.º Com relação ás comarcas de Lisboa e Porto o termo medio será tirado da somma dos ordenados e emolumentos em todas as varas d'estas comarcas.

§ 2.º O mesmo terá logar entre os juizes dos districtos criminaes das mesmas comarcas.

Art. 178.º Os ordenados dos delegados do procurador regio serão de 600\$000 réis cada um.

§ unico. Nas varas de Lisboa e Porto os delegados do procurador regio terão de ordenado 700\$000 réis.

Art. 179.º Em todos os actos judiciaes ou extrajudiciaes que por lei tem praso estabelecido dentro do qual devem ser praticados, o juiz ou agente do ministerio publico, que exceder esse praso soffrerá no seu ordenado um desconto igual ao duplo dos emolumentos que por esses actos fossem devidos, sem prejuizo de qualquer outro procedimento que por lei deva ter logar.

§ unico. Se pelos actos de que trata este artigo não se devessem pagar emolumentos, o desconto será de uma quantia não inferior a 10\$000 nem superior a 20\$000 réis.

Art. 180.º O conhecimento das faltas cometidas pelos juizes a que se refere o artigo precedente pertencerá aos conselhos disciplinaes, creados pela lei de 10 de abril de 1849, pela forma estabelecida na mesma lei, com a seguinte modificação.

§ unico. O ministerio publico requererá a convocação do conselho disciplinar *ex officio*, independentemente de ordem do governo, todas as vezes que por qualquer cidadão lhe for dirigida queixa documentada.

Art. 181.º O conhecimento de igneas faltas cometidas pelos agentes do ministerio publico pertencerá ao governo.

Art. 182.º Os actos que por lei não tem praso determinado serão praticados pelo juiz e agente do ministerio publico no praso improrogavel de cinco dias, seja qual for a natureza d'esses actos.

§ unico. Este praso é peremptorio para todos os effectos do artigo antecedente, mas a sua transgressão não produzirá a nulidade de taes actos.

Art. 183.º Em todos os actos judiciaes, cuja execução depende de despacho do juiz, poderá este marcar aos escrivães ou officiaes do juizo um praso para o seu cumprimento, cuja transgressão poderá ser punida com a pena de suspensão até um mez, dando o juiz conta ao governo.

Art. 184.º Todos os escrivães serão obrigados a ter um livro denominado o =protocollo de entradas e saídas= onde lancem o movimento dos processos, carregando as saídas d'elles do cartorio, e descarregando nas entradas.

§ unico. As omissões de escripturação no acto de entrada e saída serão sempre consideradas como crime de falsidade e punidas como taes.

Art. 185.º Nos dias 10, 20 e 30 de cada mez darão os escrivães ao agente do ministerio publico uma nota extraída d'esse livro contendo os processos que desde a nota precedente subiram á conclusão, e n'ella se conservam.

§ 1.º Os agentes do ministerio publico poderão, todas as vezes que quizerem, examinar no cartorio aquelle livro, e conferir com elle as notas que lhes forem dadas.

§ 2.º Os agentes do ministerio publico remettersão estas notas á respectiva procuradoria regia, que d'ellas formará um mappa mensal que mandará ao governo.

§ 3.º Os escrivães que lavrarem as notas, e os agentes do ministerio publico, serão solidariamente responsaveis pela sua exactidão.

Art. 186.º Os escrivães que faltarem á entrega d'aquellas notas, e os agentes do ministerio publico que não fizerem a remessa d'ellas com regularidade poderão ser suspensos, e no caso de reincidencia demittidos.

TITULO III
Dos emolumentos dos officiaes de justiça nos tribunales criminaes de primeira instancia de Lisboa e Porto

Art. 187.º Aos escrivães e officiaes de diligencias dos districtos criminaes de Lisboa e Porto será pago pelo cofre do estado o terço das custas dos processos criminaes em que tiver sido auctor sómente o ministerio publico, e os réus tiverem sido absolvidos ou não pagarem custas por pobreza.

Art. 188.º Para este fim irão estes processos, depois de findos, com vista ao agente do ministerio publico respectivo, o qual, examinando se se dão as circumstancias necessarias para ser contadas as custas, permitirá que os autos vão á conta.

§ 1.º Feita a conta passará o contador uma certidão d'ella, que voltará de novo com o processo ao agente do ministerio publico para examinar a sua exactidão.

§ 2.º Não achando exacta a conta ou a certidão o agente do ministerio publico fará proceder á sua reforma.

§ 3.º Achando as exactas remetterá as certidões ao procurador regio respectivo que no fim de cada mez fará processar as folhas e as remetterá pela secretaria da justiça para se ordenar o seu pagamento.

PARTE VI
TITULO UNICO
Dos tabelliães de notas e escrivães

Art. 189.º Em todas as comarcas do reino e illas adjacentes poderá haver um ou mais tabelliães privativos de notas.

Art. 190.º Os escrivães dos juizes de direito em todas as comarcas do reino e illas poderão deixar de accumular com estas funções as do tabellionato.

§ unico. É concedida ao governo auctorisação permanente para designar as comarcas, onde esta desaccumulação deve ter logar, tendo em vista a conveniencia do serviço publico, e a garantia dos vencimentos necessarios aos escrivães e tabelliães para sua decente subsistencia.

Art. 191.º Os logares de tabellião de notas e de escrivães serão divididos em tres classes distinctas.

§ unico. A primeira classe comprehenderá os logares de tabellião e escrivão nas capitais das comarcas de primeira classe, e nos districtos criminaes de primeira classe, para todos os effectos d'esta lei, com a unica excepção do artigo 197.º § 1.º, os logares de escrivães junto aos tribunales de segunda instancia.

A segunda classe comprehenderá os logares de tabellião e escrivão nas capitais das comarcas de segunda e terceira classe.

A terceira classe comprehenderá os logares de tabellião conservados nos julgados supprimidos; e os de escrivão do juizo de paz.

Art. 192.º O provimento dos logares de escrivão e tabellião em qualquer classe terá logar por concurso, com exame escripto e oral sobre theoria e pratica do tabellionato ou dos conhecimentos necessarios ao officio de escrivão. Quando o logar a prover comprehender as funções de escrivão e tabellião, o exame versará sobre um e outro ramo de conhecimentos.

§ 1.º Para o provimento dos logares de primeira e segunda classe serão feitos os concursos perante a relação do respectivo districto judicial.

§ 2.º Para o provimento dos logares de terceira

classe terá logar o concurso na capital do respectivo districto administrativo.

§ 3.º Nos districtos administrativos de Lisboa e Porto os concursos para os logares de terceira classe serão tambem feitos perante a relação.

§ 3.º O regulamento respectivo será estabelecido a organização do jury e a forma dos exames.

Art. 193.º Para a admissão ao concurso do logar de tabellião e escrivão de qualquer classe é necessario que os concorrentes tenham pelo menos vinte e dois annos de idade; e que se mostrem sem culpa, isentos do recrutamento, e de qualquer responsabilidade para com a fazenda.

§ unico. Ficam dispensados da prova do primeiro d'estes requisitos os individuos que tiverem curso completo de sciencias juridicas.

Art. 194.º Os concorrentes aos logares de primeira classe deverão ter alguma das seguintes habilitações:

1.º Um curso completo de sciencias juridicas.

2.º Um curso de tabellionato, logo que este seja creado; podendo por ora ser supprido por um curso de paleographia e diplomatica.

3.º Cinco annos ou mais de bom e effectivo serviço como tabelliães ou escrivães de segunda classe.

Art. 195.º Os concorrentes aos logares de segunda classe deverão ter qualquer das seguintes habilitações:

1.º Alguma das que tratam os n.ºs 1.º e 2.º do artigo antecedente.

2.º Um curso completo de instrucção secundaria.

3.º Cinco annos ou mais de bom e effectivo serviço como tabellião ou escrivão de terceira classe.

Art. 192.º Em todos os concursos dará preferencia, em igualdade de circumstancias, a maior das habilitações litterarias.

Art. 197.º As transferences só poderão ter logar dentro da mesma classe, ou para classe inferior.

§ 1.º Os logares de escrivães dos tribunales de segunda instancia não poderão ser providos por transference, sem que os transferidos tenham pelo menos cinco annos de serviço em logar de primeira classe.

§ 2.º As transferences para classe superior só poderão ter logar como restituição para individuos que n'ella tenham estado.

Art. 198.º O primeiro provimento dos logares de tabellião privativo na conformidade do artigo 189.º poderá ser feito sem concurso n'aquelles escrivães de juizo de direito das respectivas comarcas, que pela separação das funções forem julgados desnecessarios ao serviço do tribunal, ou nos escrivães dos juizes ordinarios supprimidos, dentro das respectivas classes, com tanto que não tenham nota de mau serviço.

Art. 199.º É o governo auctorizado para conceder licença ao escrivão e tabellião, que por sua avanzada idade ou impedimento physico permanente, legalmente comprovado, se impossibilitar de exercer o seu officio, para se substituir no desempenho de todas as suas funções por um ajudante por elle proposto e approved pelo governo, precedendo informação do juiz de direito, e presidente da relação respectiva, e agente do ministerio publico, perante o mesmo juizo ou tribunal.

§ 1.º Todos os autos, termos, instrumentos, certidões, publicas-fórmulas, e quaesquer outros documentos lavrados pelo ajudante, serão rubricados pelo escrivão ou tabellião que substitue.

§ 2.º O escrivão e tabellião e seu ajudante serão solidariamente responsaveis por todos os autos, termos, e instrumentos, certidões, publicas-fórmulas, e quaesquer outros documentos lavrados pelo segundo e rubricados pelo primeiro.

Art. 200.º Os individuos que de futuro forem providos nos logares de tabellião, ou de tabellião e escrivão reunidos, não poderão ser admittidos a tomar posse dos mesmos logares, sem que tenham prestado fiança, ou feito deposito:

Para a 1.ª classe de 600\$000 réis.

Para a 2.ª » de 500\$000 »

Para a 3.ª » de 300\$000 »

§ unico. Os individuos que no praso de tres mezes, desde que lhe tiver sido notificada a sua nomeação, não fizerem este deposito, entender-se-ha que renunciam ao logar.

Art. 201.º A fiança ou deposito são igualmente destinados ao pagamento de indemnizações ou multas em que os tabelliães forem condemnados por facto praticado no exercicio das suas funções.

Art. 202.º Quando o deposito ou fiança tiverem sido desfalcados em virtude de responsabilidade por factos que não importem a destituição do funcionario, será elle obrigado a preencher a fiança ou deposito dentro de tres mezes.

§ unico. O tabellião, que faltar a este dever, entender-se-á ter renunciado ao seu logar.

Art. 203.º Na passagem de umas para outras classes, nos casos em que, segundo a presente lei, poderá ter logar, a fiança ou deposito serão augmentados, ou poderão ser diminuidos, segundo a cathogoria relativa d'essas mesmas classes.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 204.º O governo, logo que esta lei seja publicada, mandará proceder a uma compilação de toda a legislação relativa á organização judicial, na qual sejam suppridas todas as disposições revogadas por esta lei, e inseridas nos logares competentes as que n'ellas se contêm, adicionadas com quaesquer outras provisões legislativas que forem votadas depois da promulgação da presente lei.

Art. 205.º É o governo auctorizado para fazer os regulamentos necessarios para a execução d'esta lei.

Art. 206.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria de estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em 28 de fevereiro de 1860.—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.*

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Coimbra — O *Cominbricense* publica a seguinte curiosa noticia estatística acerca do estado do ensino com relação ás escolas de instrucção primaria n'este districto:

«As escolas publicas de ensino primario no districto de Coimbra eram frequentadas no fim do anno passado de 1859 por 3.427 alumnos.

«As escolas em que os alumnos excediam a 50 eram as seguintes:

«Concelho de Cantanhede—Ancã 58, Cantanhede 55, Tocha 59.

«Concelho de Coimbra—A de ensino mutuo 83, a do bairro alto 79, e as ursulinas 85, em que se incluem 24 alumnas externas.

«Concelho de Condeixa—A da cabeça do concelho com 68.

«Figueira—A do sexo masculino dentro da villa, cabeça do concelho, 66; a do sexo feminino na mesma villa 91; e a de Quaios 68.

«Concelho de Góes—S. Pedro da Varzea 62.

«Concelho de Mira—Cabeço de Portomar 55.

«Concelho de Miranda do Corvo—A da cabeça do concelho 55.

«Concelho de Oliveira do Hospital—Aldeia das Dez 66, Ervedal 53, Lagares 60, Penalva d'Alva 60, e Travanca de Lagos 58.

«Concelho de Penacova—A da cabeça do concelho 64.

«Concelho de Penella—Espinhão 54, e Penella 53.

«Concelho de Póiares—Santa Maria da Arrifada 72.

«Concelho de Soure—A da cabeça do concelho 67.

«Concelho de Taboão—Midos 57, Mourinho 68, e Povoa de Midões 65.»

Porto — Algumas folhas d'esta cidade dizem que se esperava o novo vapor *Lisboa*, pertencente á companhia proprietaria do *Lusitania*, para augmentar por parte d'esta empresa a carreira entre o Porto e a capital da monarchia.

—A *Associação Industrial Portuense* projectava fazer uma nova exposição industrial no proximo anno de 1861. A actual direcção parece que punha n'este pensamento o maior empenho.

—No *Comercio do Porto* lê-se o seguinte:

«Reuniram-se hontem em assembléa geral os accionistas do banco mercantil portuense para a gerencia lhes dar conta dos trabalhos e operações do mesmo banco durante o anno findo em 24 de fevereiro ultimo, e proceder-se á eleição da mesa da assembléa geral e direcção fiscal para o corrente anno.

«No seu relatório propoz a gerencia que se fizesse um dividendo de 65000 réis ou 3 3/4 por acção, pelo 2.º semestre findo, o que a assembléa approvou. Com o dividendo relativo ao 1.º semestre veio este estabelecimento a dar aos seus accionistas, pelo anno findo, um dividendo de 115000 réis ou 5 1/2 por cada acção.

«Depois de lido o relatório da gerencia e parecer da commissão fiscal procedeu-se á eleição.

«A mesa da assembléa geral foi reeleita. Fica portanto composta dos seguintes srs.:

«Presidente, Alípio Anthero da Silveira Pinto.

«Vice-presidente, José Joaquim Leite Guimarães.

«Secretarios, João Antonio de Miranda Guimarães e Pedro Vanzeller.

«Para a direcção fiscal recaiu a eleição nos srs. José Antonio da Cunha Porto, Antonio Leite de Faria Guimarães, Joaquim José da Silva Mattos, e José Joaquim Barbosa de Araújo.»

Aveiro — Entrou hontem (2) a barra d'esta cidade, escreve o *Campo das Províncias*, um novo vapor mercante. É o *D. Pedro*, que já ha tempos vicia procurar este porto, não podendo entrar n'essa occasião em consequencia da falta de pratico. Vem buscar laranja, fretado pelos srs. Pereira & Filho & Dch. Math. Feuchel J.º & C.º.

A entrada da barra parece que roçou pelo banco, o que se attribue a não ser bem encaminhado pelos pilotos, e á escassez das marés que estes dias têm sido muito pequenas. Dizem os marítimos que ha muito tempo que ellas não são tão baixas. Se é veridica a predição dos astrónomos francezes, talvez seja para a maré do dia 7 parecer ainda maior, porque, segundo elles affirmam, será a d'este dia a maior d'este seculo.

O *D. Pedro* demanda mais dois pés que o *Vasco da Gama*, no entanto espera-se que saia completamente carregado.

Ovar — Segundo diz o jornal acima citado, começaram já os trabalhos da via ferrea do norte no pinhal d'esta villa, por conta da empresa do sr. D. José Salamanca.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid at 3 do corrente, e de Paris at 28 de fevereiro.

D'estas folhas, e das do correio anterior, vamos dar algumas noticias, em consequencia de nos termos visto obrigados a retirar-las hontem em presenca do largo espaço que occupavam as sessões da casa electiva e outros documentos parlamentares, necessidade que ainda continua hoje, pelo que publicaremos em extracto o que desejáramos dar na sua integridade.

Dos ultimos despachos telegraphicos recebidos do theatro da guerra se deprehende que as operações militares contra os marroquinos não começaram antes do dia 7 do corrente.

O commandante das forças navaes preparava-se para ter ante entrevista com o general O'Donnell, antes de emprender as operações annunciadas contra Rabat e Mogador.

Alem dos despachos que contêm estas noticias, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

—Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*:

Paris, 1.º de março — Hoje abriu-se a legislatura. No discurso de abertura o imperador felicita-se pelas boas relações em que se acha com todas as potencias da Europa. Sua magestade pensa que as difficuldades da Europa estão a ponto de findar, e que a Italia está em vespéras de se constituir livremente. Tendo ficado de nenhum effecto as negociações para a execução do tratado de Villafranca, a França apresentou uma combinação que julga será aceite pela Europa.

Sua magestade aconselha o rei do Piemonte a que responda favoravelmente aos desejos das provincias que pretendem annexar-se aos seus estados, mas que mantenha a autonomia na Toscana, e respeite em principio os direitos da santa sé. Sua magestade acrescentou o seguinte:

«Em presenca desta transformação da Italia do norte, que deixa livre a um estado poderoso a passagem dos Alpes, era do meu dever, para segurança das fronteiras, reclamar as vertentes francezas das montanhas. Esta reivindicação de um territorio pouco extenso não envolve consequencia alguma que deva assustar a Europa, nem pôde desmentir a politica de desinteresse que sempre tenho proclamado, por quanto não foi provocada por occupação militar, nem por insurreição, nem por intrigas, mas por uma exposição franca da questão feita ás grandes potencias, as quaes facilmente comprehenderão a importancia de uma modificação territorial, aconselhada pela propria natureza.»

Sua magestade declarou igualmente que não devia deixar passar em silencio a commoção de uma parte do mundo catholico, que, cedendo a impressões irreflectidas, se constituiu interprete de receios sem fundamento, desconhecendo até os serviços que o governo francez tem prestado.

«Contudo, diz o imperador das francezes, os factos fallam mais eloquentemente; ha onze annos que eu só sustento em Roma o dominio do santo padre, sem ter cessado um só dia de acatar n'ello o caracter sagrado de cabeça da nossa religião. Por outra parte, si os povos da Romania, abandonados de repente a si proprios, seguiram o seu impulso natural, tratando de fazer com a guerra causa comum com oscoscoscos. Deveria em esquecer-me d'elles depois da paz, e entrega-los de novo, por tempo illimitado, ás eventualidades de uma occupação estrangeira? Os meus primeiros esforços foram para reconcilia-los com o seu soberano; não o tendo conseguido, tratei ao menos de salvar nas provincias sublevadas o principio do poder temporal do papa. Se pois todas as questões pendentes não se acham ainda decididas, termina sua magestade, creio que ellas terão uma solução proxima, achando-se proximo o momento em que a França deve ver inaugurada uma nova era de paz.»

O discurso indica que o exercito francez soffreu já uma diminuição de 150.000 homens, e expõe em seguida as medidas proprias para fomentar a prosperidade publica: entre estas figura o tratado com a Inglaterra, destinado a estreitar, quanto possivel, a alliança das duas grandes nações.

Florença, 2.º — Foi já publicado o decreto que convoca o povo toscano para os dias 11 e 12 do corrente, por suffragio universal e em escrutinio secreto. Assim deve ficar decidida a annexação á Sardenha ou a formação de um reino separado.

—Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Londres, 1.º de março. — É geral a opposição contra o projecto de annexação da Saboya á França. Segundo affirma o *Correio dos Estados Unidos*, Cobos, á frente de 2.000 homens, foi derrotado em Ojaca. Em Tlascala foi igualmente derrotado, com perda de 100 homens, outro corpo do exercito conservador.

Os liberais tomaram a collina de S. Luiz em Zatecas, e ameaçavam outros pontos. Dizia-se que elles tinham á sua disposição 30.000 homens.

Miramón negociou por 450.000 duros a venda de 15.000.000 duros em obrigações, 9.000.000 dos quaes entrariam na convenção franceza, a titulo de divida estrangeira.

O encarregado de negocios da Inglaterra apresentou o seu *ultimatum*, pedindo que lhe fossem pagas, no praso de uma semana, as avultadas quantias provenientes das reclamações britannicas. Findo o praso marcado, o diplomata inglez pedirá os seus passaportes, se as quantias exigidas não forem satisfeitas.

Paris, 1.º — O bispo de Orleans deve comparecer perante o tribunal imperial de Paris no dia 12 do corrente, em virtude das queixas do jornal *Sicde*.

O tribunal não aceitou hontem (29 de fevereiro) o recurso de appellação de mr. Vacherot, porém reduziu a pena a tres mezes de prisão.

mente da Italia do norte, deixando os piemontezes entregues ás eventualidades de uma nova luta com os austriacos, e a todas as consequencias da revolução.

(*El Occidente*.)

—Os jornaes francezes publicam a nota que o ministro dos negocios estrangeiros da França dirigiu, em 31 de janeiro ultimo, a mr. de Monstre, embaixador de França em Vienna. Esse documento expõe com grande franqueza, porém n'uma linguagem essencialmente conciliadora, as razões de força maior que desviaram a politica franceza dos preliminares de Villafranca.

ROMA

N'uma correspondencia de Roma, datada de 21 de fevereiro ultimo, lê-se o seguinte:

«No domingo teve logar no Vaticano uma reunião de cardeaes, presidida pelo summo pontifice. Assistiram a essa conferencia os cardeaes Mattei, Patrizi, Della Genga, Altieri, de Pietro, Brunelli, Bernabé, Marini, Santucci e Antonelli. O summo pontifice communicou-lhes a nota dirigida pelo ministro dos negocios estrangeiros da França a mr. de Grammont, datada de 12 do corrente (fevereiro), e uma carta que recebeu do rei Victor Manuel, acerca da situação das Marcas e da Ombria, carta que aconselha a sua santidade que desista da posse d'essas provincias.

«Não podemos dizer o que se decidiu n'essa reunião. A carta de Victor Manuel receberá uma resposta energica.»

DINAMARCA

O novo ministerio dinamarquez acha-se constituído da seguinte maneira:

Presidente do conselho e, interinamente, ministro dos negocios estrangeiros, Hall.

Ministro das obras publicas e, interinamente, ministro do reino, bispo Mourad.

Ministro da justiça, Casse.

Ministro da marinha, Bille.

Ministro da guerra, Thiestrup.

Ministro de Schleswig, Wolfhagen.

Ministro do Holstein, Raesloef.

(*Times*.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO

INSTITUTO D. JOÃO

NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grados C.	Por 100	Rumos
9 m.	760,75	11,5	54,2
3 t.	758,34	19,9	31,4

DIA 5.

Maxima — temperatura 18.4 C.

Minima 9.0 »

Ozone de noite 4.5

Ozone de dia 4.0

Chuva (udometro) 0.0 Mil.

Evaporação (vapormetro) 9.0 »

Altura barometrica correcta.

Altitude do barometro 951 metros.

Temperatura á sombra.

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

GENEROS DO BRAZIL E COLONIAS

Movimento d'estes generos no mez de fevereiro, e sua existencia na alfandega no dia 1.º de março de 1860

Denominação	Procedencia	Volumes	ENTRADA				SAÍDA				DIFERENÇA		EXISTENTE
			Por transito	Por transito	Por transito	Total	Por transito	Por transito	Por transito	Total			
Café	Brazil	Saccas	89	10	4	32	36	—	—	—	—	—	63
»	Colonias	»	3.577	23	36	1.911	1.947	—	—	—	—	—	1.633
Arroz	Brazil	»	327	—	—	17	17	—	—	—	—	—	310
»	India	»	1.817	—	57	1.194	1.251	165	1.251	—	—	—	566
Cacau	Brazil	»	172	270	49	15	105	—	—	—	—	—	337
»	Colonias	»	331	—	—	23	23	—	—	—	—	—	308
Urzelia	Angola	»	9.139	—	1.228	—	1.228	—	1.228	—	—	—	7.911
»	Mocambique	»	417	—	—	—	—	—	—	206	—	—	623
»	Cabo Verde	»	417	—	206	—	—	—	—	—	—	—	9
Gomma copal	Ayores	»	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9
»	Colonias	»	2.492	—	780	—	40	820	—	820	—	—	1.672
»	Barricas	»	298	—	29	—	29	—	—	—	—	—	269
»	Caixas	»	255	—	31	—	31	—	—	—	—	—	224
Cera	Gamellas	»	1.316	—	719	—	38	757	—	757	—	—	559
Dentes de marfim	Lei	»	1.067	—	100	—	8	108	—	108	—	—	959
»	Meio	»	730	—	26	—	2	28	—	28	—	—	702
»	Escraveiro	»	3.733	—	230	—	11	241	—	241	—	—	3.592
Chá	Macau	Caixas	2.159	—	1	—	98	99	—	99	—	—	206
Dito em deposito	»	»	—	—	—	—	—	—	—	356	—	—	—
Dito estrangeiro	Diff.ºs portos	»	2.981	814	16	—	442	458	241	—	—	—	3.337
Urucú	Brazil	Paneiros	199	323	80	—	2	82	—	—	—	—	440
Salsa parrilha	»	Rollos	2.614	325	595	—	—	595	274	270	—	—	2.344
Gomma	»	Paneiros	1.646	624	—	150	200	350	—	—	—	—	1.920
»	»	Saccas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
»	»	Barricas	50	—	—	—	50	50	—	—	—	—	50
Tapioca	»	»	221	20	50	—	61	111	23	91	—	—	130
»	»	Paneiros	629	48	12	—	13	25	—	—	—	—	652
Far.º de mandioca	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
»	»	Saccas	58	—	—	—	44	44	—	—	—	—	14
Cravo	»	Pacotes	15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15
Dito girofo	»	Volumes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
»	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pimenta	Diff.ºs portos	Saccas	185	—	—	—	4	4	46	—	—	—	181
Algodão	India	»	263	100	4	—	50	54	—	—	—	—	309
»	Brazil	»	990	33	11	188	374	523	—	—	—	—	490
Urzelia	Estados Unidos	Fardos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	500
»	Gibraltar	Surrões	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5

ALFANDEGA DO PORTO

Receita da alfandega de 1 a 28 de fevereiro..... 145.474\$214

Idem no dia 29..... 6.362\$385

Rendimento no mez de fevereiro..... 151.837\$199

Receita da alfandega do dia 1 de março..... 5.761\$265

Idem no dia 2..... 5.868\$295

11.629\$570

MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

MARÇO 1

Manifestado para deposito

Vinho..... Pipas Alm. Can. 289 10 6

Aguardente..... 3 14 -

Despachado para consumo

No Porto

Vinho maduro..... 9 13 4

Dito verde..... 1 14 -

Despachado para exportação

Vinho..... Pipas Alm. Can. 2 17 10

Vinho e aguardente despachado no mez de fevereiro para exportação

Vinho..... Pipas Alm. Can. 2.857 17 5

Aguardente..... 2 5 3

Existencia de vinho e aguardente em 29 de fevereiro

Vinho..... Pipas Alm. Can. 68.844 19 6

Aguardente..... 1.371 7 3

Manifestado para deposito no mez de fevereiro

Vinho..... Pipas Alm. Can. 1.766 18 1

Aguardente..... 203 7 4

Despachado para consumo no mez de fevereiro

No concelho

Vinho maduro..... Pipas Alm. Can. 623 - 3

Dito verde..... 80 17 6

Aguardente..... 1 10 4/2

Geopigia..... 1 10

Direitos..... 4.216\$760

Fôra do concelho

Pipas Alm. Can. 25 3 6

Vinho maduro..... 2 8 -

Dito verde..... - 6

Aguardente..... - 6

Direitos..... 166\$350

Rendimento do imposto especial de 500 réis em pipa no mez de fevereiro findo..... 1.312\$370

(*Comercio do Porto*.)

PREÇO MEDIO DOS GENEROS NOS MERCADOS REGULADORES

DISTRICTO DO PORTO

GAIA

Semana finda em 7 de janeiro

Milho grosso, alqueire..... \$460

miúdo, dito..... \$520

Centão, dito..... \$520

Cevada, dito..... \$480

Feijão vermelho, dito..... \$650

» amarelo, dito..... \$650

» branco, dito..... \$650

» raído, dito..... \$580

» fradinho, dito..... \$500

Batata, arroba..... \$260

Azeite, almeida..... \$5500

Vinho verde, dito..... \$2400

» maduro, dito..... \$2400

Semana finda em 14 de janeiro

Milho grosso, alqueire..... \$460

miúdo, dito..... \$540

Centão, dito..... \$520

Cevada, dito..... \$480

Feijão vermelho, dito..... \$660

» amarelo, dito..... \$660

» branco, dito..... \$660

» raído, dito..... \$660

» fradinho, dito..... \$520

Batata, arroba.....	\$260
Azeite, almude.....	\$2600
Vinho verde, dito.....	\$2400
» maduro, dito.....	\$2450

Semana finda em 21 de janeiro

Milho grosso, alqueire.....	\$460
» miúdo, dito.....	\$520
Centeio, dito.....	\$560
Cevada, dito.....	\$500
Feijão vermelho, dito.....	\$650
» amarelo, dito.....	\$640
» branco redondo, dito.....	\$640
» raído, dito.....	\$600
» fradinho, dito.....	\$520

Batata, arroba.....	\$300
Azeite, almude.....	\$5600
Vinho verde, dito.....	\$2400
» maduro, dito.....	\$2450

Semana finda em 28 de janeiro

Milho grosso, alqueire.....	\$460
» miúdo, dito.....	\$520
Centeio, dito.....	\$560
Cevada, dito.....	\$500
Feijão vermelho, dito.....	\$650
» amarelo, dito.....	\$640
» branco redondo, dito.....	\$640
» raído, dito.....	\$600
» fradinho, dito.....	\$520

Batata, arroba.....	\$300
Azeite, almude.....	\$5600
Vinho verde, dito.....	\$2400
» maduro, dito.....	\$2450

VILLA DO CONDE

Semana finda em 7 de janeiro

Trigo da terra, alqueire.....	\$360
Milho grosso, dito.....	\$420
Centeio, dito.....	\$540
Cevada, dito.....	\$450
Feijão vermelho, dito.....	\$680
» amarelo, dito.....	\$640
» branco redondo, dito.....	\$600
» raído, dito.....	\$480
» fradinho, dito.....	\$500

Batata, dito.....	\$360
Azeite, almude.....	\$3100
Vinho verde, dito.....	\$2400
» maduro, dito.....	\$2450

Semana finda em 14 de janeiro

Trigo da terra, alqueire.....	\$360
Milho grosso, dito.....	\$420
Centeio, dito.....	\$540
Cevada, dito.....	\$450
Feijão vermelho, dito.....	\$680
» amarelo, dito.....	\$640
» branco redondo, dito.....	\$600
» raído, dito.....	\$480
» fradinho, dito.....	\$520

Batata, dito.....	\$360
Azeite, almude.....	\$3000
Vinho verde, dito.....	\$2400
» maduro, dito.....	\$2450

Semana finda em 21 de janeiro

Trigo da terra, alqueire.....	\$360
Milho grosso, dito.....	\$420
Centeio, dito.....	\$540
Cevada, dito.....	\$450
Feijão vermelho, dito.....	\$680
» amarelo, dito.....	\$640
» branco redondo, dito.....	\$600
» raído, dito.....	\$480
» fradinho, dito.....	\$520

Batata, dito.....	\$360
Azeite, almude.....	\$3000
Vinho verde, dito.....	\$2400
» maduro, dito.....	\$2450

Semana finda em 28 de janeiro

Trigo da terra, alqueire.....	\$360
Milho grosso, dito.....	\$420
Centeio, dito.....	\$540
Cevada, dito.....	\$450
Feijão vermelho, dito.....	\$680
» amarelo, dito.....	\$640
» branco redondo, dito.....	\$600
» raído, dito.....	\$480
» fradinho, dito.....	\$520

Batata, dito.....	\$360
Azeite, almude.....	\$3000
Vinho verde, dito.....	\$2400
» maduro, dito.....	\$2450

CHAVES

Semana finda em 7 de janeiro

Trigo serodio, alqueire.....	\$360
» barbell, dito.....	\$440
Milho grosso, dito.....	\$380
Centeio, dito.....	\$430
Cevada, dito.....	\$560
Feijão raído, dito.....	\$595
Chicharo, dito.....	\$110
Batata, dito.....	\$5200
Azeite, almude.....	\$5200
Vinho, dito.....	\$5000

Semana finda em 14 de janeiro

Trigo serodio, alqueire.....	\$710
» barbell, dito.....	\$645
Milho grosso, dito.....	\$365
Centeio, dito.....	\$440
Batata, dito.....	\$115
Azeite, almude.....	\$5200
Vinho, dito.....	\$5000

Semana finda em 21 de janeiro

Trigo serodio, alqueire.....	\$705
» barbell, dito.....	\$655
Milho grosso, dito.....	\$400
Centeio, dito.....	\$465
Feijão raído, dito.....	\$590
Chicharo, dito.....	\$110
Batata, dito.....	\$140
Azeite, almude.....	\$5110
Vinho, dito.....	\$5050

Semana finda em 28 de janeiro

Trigo serodio, alqueire.....	\$710
» barbell, dito.....	\$650
Milho grosso, dito.....	\$430
Centeio, dito.....	\$500
Chicharo, dito.....	\$140
Batata, dito.....	\$140
Azeite, almude.....	\$5050
Vinho, dito.....	\$5250

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 6 de março de 1890

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Santo Antonio e Almas, cahique portuguez, mestre J. dos Santos, do Porto em 3 dias, em lastro; 11 pessoas de tripulação.

S. João Baptista, cahique portuguez, mestre M. Fernandes, do Porto em 3 dias, em lastro; 10 pessoas de tripulação.

Sapeur Pompier, brigue francez, capitão A. Masson, de Rouen em 17 dias, com gesso e mais generos, a M. Walsh & Comp.; 10 pessoas de tripulação.

Nova União, cahique portuguez, mestre J. Baptista, de Lagos em 4 dias, com vinho e mais generos; 8 pessoas de tripulação, e 13 passageiros, que são: José Luiz dos Santos e sua mulher, artista; Francisco de Andrade e sua mulher, Bernardo Maria, maritimos; Maria Antonia, Catharina Calafate, Maria Lopes com 1 filho, Maria do Carmo com 1 filho, Anna do Rosario com 1 filho; portuguezes.

Providencia, hiate portuguez, mestre J. A. da Motta, de Faro em 2 dias, com amendoa e alcofas; 6 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: João Ladeiras, Antonio Montes, maritimos; portuguezes.

Nascimento Feliz, hiate portuguez, mestre J. P. de Campos Junior, de S. Martinho em 24 horas, com madeira; 8 pessoas de tripulação.

Santa Cruz, hiate portuguez, mestre J. A. de Pinho, de S. Martinho em 2 dias, com madeira, e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

Constante, hiate portuguez, mestre J. R. da Costa, do Porto em 2 dias, com madeira e encomendas; 8 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Adolph Werner, barca prussiana, capitão T. Knaack para Setubal, em lastro; 11 pessoas de tripulação.

Gepsey, escuna ingleza, capitão B. Milbures, para Setubal, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Warrior, paquete inglez a vapor, capitão H. Cooper, para Londres, com varios generos; 21 pessoas de tripulação e 17 passageiros.

Bordo do vapor *Infanta D. Luiz*, em frente de Belem, em 6 de março de 1890.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 6 DE MARÇO DE 1890

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 3

Não entrou nem saiu, nem se avista embarcação alguma fóra da barra.

O vapor de guerra portuguez *Lynce* appareceu á barra, e navegou para o norte.

O mar está um tanto agitado.—O vento esteve NE. brando, NO. regular, agora N. brando.

Do dia 4

Entradas—Vapores de guerra portuguezes, *Lynce*, de cruzar na costa; *Lusitania*, de Lisboa.

Saídas—Brigue portuguez *Portimão*, para Malaga.—Hiates, *Phenie*, e *Rapido*, ambos para Aveiro; *Senhor da Boa Fortuna*, para a Figueira; *Constante*, para Lisboa.—Cahiques, *Novo Activo*, *Santo Antonio* e *Almas*, para Lisboa.—Rasca *Conceição de Aveiro*, para Caminha.

Fóra da barra fica hiate portuguez e uma escuna.—O mar está bom.—O vento esteve E. ONO. regulares, agora N. brando.

Do dia 5

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fóra da barra ficam dois hiates portuguezes.—O mar está bom.—O vento esteve E., N. regular, agora calma.

De Villa do Conde, do dia 2

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar agitado.—Vento N.

De Caminha, do dia 3

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fóra da barra ficam dois hiates.—Mar agitado.—Vento N.

Do dia 4

Saíu o hiate *Cortez*, para Peniche.

Ficam fóra da barra duas embarcações.—Mar agitado.—Vento N.

Do dia 5

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar alguma cousa agitado.—Vento NNO.

De Vianna do Castelo, do dia 3

Entrou o patacho inglez *Eufeser*, de Jersey.

Não saiu embarcação alguma.

O vapor de guerra portuguez *Lynce* largou do ancoradouro da casa da barra e navegou para o sul.

Em Espozende nos dias 29 de fevereiro e 1.º de março não entrou embarcação alguma.

Do dia 4

Não entrou embarcação alguma.

Saíu a rasca *Albina* para a Ericeira com milho.

A barra boa.—Vento NE.

Do dia 5

Não entrou embarcação alguma.

Saíu a rasca *Adelaide*, para a Ericeira.

Em Espozende não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 2 e 3.

De Aveiro, do dia 3

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 4

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 5

Entradas—Hiates portuguezes, *Rapido* e *Phenie*, ambos do Porto em 2 dias, em lastro.

Da Figueira, do dia 3

Entrou a escuna ingleza *Elena*, do Porto, em lastro.

Não saiu, nem fóra da barra se avista embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento NNE.

Do dia 4

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fóra da barra nada se avista.

Mar agitado.—Vento N. regular.

Do dia 5

Entrou o hiate portuguez *Boa Fortuna*, vindo do Porto, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Fóra da barra não se avista nenhuma embarcação.—Mar agitado.—Vento NNE.

Da Ericeira, do dia 3

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento N e NE.—Mar bom.—Tempo claro.

De Faro, do dia 3

Entrou a escuna portuguez *Activa*, de Lisboa, com generos de mercaderia.

Saídas—Palhabor portuguez *Maria Lopes*, para Lisboa, com chumbo e obra de palma.—Hiate portuguez *Providencia*, para Lisboa, com obra de palma.

Comunicou n'este porto o vapor portuguez *D. Luiz*, e seguiu para Lisboa tocando nos portos de Villa Nova, Lagos e Sines.

De Tavira, do dia 3

Comunicou o vapor portuguez *D. Luiz*, pelas nove horas da manhã, vindo de Villa Real de Santo Antonio, e seguiu seu destino para Lisboa, pelos portos de sua carreira.

Não saiu embarcação alguma.

O vento esteve NE., agora SE.

Do dia 4

Entrou o hiate portuguez *Ranão do Zezere*, arribado por causa do tempo, tendo saído d'este porto hontem de tarde com destino para Gibraltar, com gado e varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

O mar tem estado um pouco agitado.—Vento SE. bonançoso.

Do dia 5

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar um pouco agitado.—Vento SE.

De Villa Real do Santo Antonio, do dia 3

Não entrou, nem se avista embarcação alguma.

Saídas—Vapor portuguez *D. Luiz*, para Lisboa.—Brigue prussiano *Wolrecht Von Ventem*, patacho hollandez *Sarah Bridgette*, e escuna hanoveriana *Catharina*: todos tres para Liverpool com mineral.

O mar está bonançoso.—Vento variavel.

Do dia 4

Entradas—Patachos inglezes *Alfred* e *Polly*, de Gibraltar, em 2 dias, em lastro.

Não saiu nem se avista embarcação alguma.

Mar um pouco agitado.—Vento ESE.—Atmosfera clara.

Do dia 5

Não entrou nem saiu, nem se avista, embarcação alguma.

O mar está um tanto agitado.—O vento SE. regular.

De Setubal, do dia 3

Entrou a escuna dinamarqueza *Franz*, de Lisboa com sal.

Saídas—Brigue dinamarqueza *Frithiof*, para Elseineur, com sal.—Barco portuguez *Senhor dos Passos*, para Lisboa, com carvão.—Barca portuguez *Nova Esperança*, para Lisboa, com trigo.

Vento N.

Do dia 4

Entradas—Brigue inglez *Sarahanna*, de Lisboa, em lastro.—Hiate portuguez *Baptista*, de Lisboa, em lastro.

Saíu a chalupa ingleza *Cassandra*, para Londres, com fruta.

Vento ENE.

Do dia 5

Entradas—Patacho portuguez *Camões*, de Lisboa, em lastro.—Brigue russo *Funes*, de Lisboa, em lastro.—Escunas dinamarquezas *Sleipner*, *Alort*, e *Gravinde Hunt*, de Lisboa, em lastro.—Barca franceza *Luis*, de S. Valery, em lastro.—Rasca portuguez *Santa Maria*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Galeota hollandeza *Woorvaarts*, para Vlaardingen, com sal.—Escuna hollandeza *Happ*, para Vlaardingen, com sal.—Hiates portuguezes, *Amisade*, para Caminha, com sal e arroz; *Luz do Dia*, para o Porto, com sal e arroz; *Vinte e oito de Março*, para Lisboa, com trigo e arroz.—Escuna ingleza *Edith*, para Londres, com fructa.

Vento variavel.

De Villa Nova do Portimão, do dia 2

Entradas—Palhabor portuguez *Christiana*, arribado por falta de lastro.—Hiate portuguez *Senhora do Carmo*, de Lisboa em 2 dias, com varios generos.

Saíu o falcão hespanhol *Virgem das Angustias*, em lastro. Destina-se a comprar sardinha n'estas costas.

Do dia 3

Não entrou embarcação alguma.

Saíu o palhabor portuguez *Christiana*, para Setubal, em lastro.

Fóra da barra está o vapor portuguez *D. Luiz*, e segue viagem para Lisboa.

O mar está bom.—O vento esteve SE. bonançoso, e agora SO.

De Lagos, do dia 1

Entrou o hiate portuguez *S. José*, de Lisboa, com fazendas.

Do dia 2

Entrou a rasca portuguez *Nova União*, de Olhão, arribada.

Não saiu embarcação alguma.

O mar bom.—Vento N.

Do dia 3

Não entrou embarcação alguma.

Saíu a rasca portuguez *Nova União*, para Lisboa.

O mar um pouco agitado.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 6 de março de 1890.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Bolotin telegraphico)

Bolsa de Madrid, 6 de março—3% differido a 34,40.

Bolsa de Paris, 6 de março—3% franceza a 67,90—4 1/2, dito a 97,60.

Bolsa de Londres, 6 de março—Consolidados de 94 1/2 a 94 3/8.

AVISOS

MONTE PIO GERAL

O ex.^{mo} sr. conselheiro presidente da assembléa geral convoca a mesma para o dia 9 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de se proseguir na discussão do projecto de reforma dos estatutos.—O 1.º secretario da mesa, José Guilherme dos Santos Lima.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembléa geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 10 do corrente, pelas sete horas e meia da noite, para proceder á eleição de alguns cargos que faltam para completar o conselho fiscal e direcção, e tratar de outros objectos que se acham pendentes do outras sessões.

Lisboa e sala da associação, aos 5 de março de 1890.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

ASSOCIAÇÃO DE SOCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

Relação dos socios, que nas sessões da assembléa geral de 15 de janeiro e 5 de fevereiro do corrente foram eleitos para exercerem no presente anno os cargos abaixo designados

MESA DA ASSEMBLÉA GERAL

PRESIDENTE

O ex.^{mo} sr. Joaquim José Gonçalves de Matt